NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 47ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC

Data – 15 de outubro de 2013

Hora – 14h

Local – EBC – Rio de Janeiro

Início: 14h – Término: 18.43h

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Boa tarde a todos.

Saúdo os presentes, lembrando que a reunião está sendo transmitida pela internet no endereço www.conselhocurador.ebc.com.br/transmissaoaovivo. Saudando, também, aos internautas que nos acompanham.

Antes de iniciar a Pauta gostaria de agradecer à Joyce e toda a equipe do Cerqueirinha que colaboram com muita boa vontade para a realização desta nossa Reunião.

Procedo à **Parte I** - **Aprovação da Ata da 46ª Reunião** da nossa Pauta. Consultados e não havendo nenhuma observação por parte dos Srs. Conselheiros, considero Aprovada a Ata da 46ª Reunião Ordinária do Conselho Curador.

A **PARTE II** – **Leitura e Aprovação da Pauta da 47ª Reunião**. Lida, foi aprovada a Pauta desta 47ª Reunião do Conselho Curador.

Na **Parte III** da nossa Pauta, gostaria de prestar minhas homenagens ao funcionário Rodrigo Berçot que faleceu na última sexta-feira, devido a um infarto fulminante. Ele tinha 33 anos,

participou de toda essa preparação, de toda nossa infraestrutura e o Renan, que é lá do computador me disse que na sexta-feira tomaram uma cerveja juntos, que ele foi para casa e morreu. Rendo minhas homenagens a ele e peço uma salva de palmas. Não o conheci pessoalmente, mas os colegas dizem que ele tinha muita experiência. Ele foi Coordenador da Rádio Nacional de Tabatinga, no Amazonas e, atualmente, era Coordenador do Midiaman-Midia Access Manager, aqui do Rio de Janeiro. Então, em nome do Conselho Curador presto nossas homenagens ao Rodrigo Berçot.

Sra. Vice Presidente (Heloisa Starling) – Desejo cumprimentar a EBC pela Menção Honrosa do Prêmio Vladimir Herzog, que já é um hábito do "Caminhos da Reportagem" ganhar o Vladimir Herzog. Acho que o vídeo do Carandiru, "A Marca da Intolerância" é muito bom e, acho que virou um hábito nosso, levar o Prêmio Vladimir Herzog. Quero, portanto, cumprimentar a EBC e a toda a equipe de jornalismo que fez esse trabalho, que é muito bom mesmo.

Queria propor, Nereide, o seguinte: todos, inclusive o Prof. Aarão Reis, estão começando a organizar eventos sobre o Golpe, porque o ano que vem faz 50 anos do Golpe. Acho, talvez, coubesse ganhar o Vladimir Herzog com os 50 anos do Golpe, talvez um bom "furo", vamos? Vamos "furar" toda a imprensa?

Sra. Nereide Beirão (Diretora de Jornalismo) – Heloisa, estamos considerando essa data como o "grande evento" da nossa programação para o ano que vem. Queremos fazer uma cobertura de programas, mais do que uma semana, um mês, para que fique marcado em todo o Brasil. Precisaremos mesmo da ajuda dos historiadores para termos um bom conteúdo.

Sra. Vice Presidente (Heloisa Starling) – Devemos pensar um tema para "furar" todo mundo. Vamos?

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Passo ao **Item IV** – Ficção e Dramaturgia na EBC: desdobramentos do debate da manhã e análise da Câmara de Cinema, Documentário e Dramaturgia; alguém da Câmara fala sobre como foi a reunião pela manhã e Ana Fleck define quem vai coordenar a feitura de um documento com diretrizes a partir do roteiro de debates. Nem todos os Conselheiros estavam aqui pela manhã, mas tivemos mais uma rodada de debates com a discussão sobre a Ficção e Dramaturgia nos conteúdos da EBC. A Sra. Rita fará um breve relato sobre a reunião desta manhã para os ausentes e para quem nos acompanha pela internet. Acho importante que, após o depoimento da Sr. Rita a Câmara faça um documento aproveitando as demandas que surgiram no roteiro e depois encaminharmos à Direção da EBC.

Sra. Rita Freire (Conselheira) – Peço a todos os Conselheiros presentes que me ajudem no relato. Tivemos, hoje, pela manhã, um debate que foi antecedido do envio de diversos subsídios sobre conteúdo ficcional à dramaturgia. Uma das debatedoras foi convidada a fazer uma apresentação e algumas observações que foram bastante interessantes. Tivemos como convidados a Pesquisadora Heloísa Toledo Machado, Professora da Universidade Federal Fluminense e o Cineasta André Pellenz que nos trouxeram duas visões muito interessantes porque, na verdade, foram antagônicas. Ele teve um trabalho muito bem sucedido na EBC, na TV Brasil, com a Série "Natália" que dialogou com o público, um público novo. Disse ele que o programa conseguiu chegar e dialogar com a classe C e que, também, foi uma produção que chamou a atenção do mercado e acabou conquistando mais espaço, chamando atenção da Rede Globo, o que, na visão dele foi uma chancela da possibilidade dos conteúdos

da EBC serem absorvidos e incorporados pelo mercado. Ele nos trouxe essa visão. Esse foi um trabalho viabilizado via Edital e nos trouxe a dimensão da importância de terem investimentos em estímulos para participação da produção nacional na programação da emissora.

Depois falou a Professora Heloisa Toledo Machado que nos fez uma análise das produções incluídas na "grade", apontando algumas coisas que ainda não correspondem com a missão da EBC, especialmente com relação à produção regional. Esses dados foram todos disponibilizados para a Câmara de Jornalismo e mostra que ainda há necessidade de equilibrar a participação da produção brasileira. A produção própria ainda é muito pequena e ainda há predominância – desculpe se eu der uma informação errada, mas há uma predominância, também, de licenciamento de obras internacionais, é isso? Ok. Esses são os aspectos que chamaram bastante a atenção. A Professora Heloisa fez algumas analogias sobre o papel que a EBC poderia ter para construir uma teledramaturgia própria, criando um centro, um laboratório, um núcleo de dramaturgia próprio, lembrando o que aconteceu no teatro, no passado, quando a invés de se trabalhar com a dramaturgia existente na época, o teatro brasileiro foi em busca de novos autores – um desses autores foi Nelson Rodrigues e, com isso ela estava mostrando a importância de se trabalhar com estímulo a essa produção e que a EBC pode ter esse papel.

A Professora Heloisa fez algumas recomendações com relação à possibilidade de produção de alguns gêneros de teledramaturgia como o teleteatro e como a produção sobre as obras literárias brasileiras, além de estimular a criação de novos textos.

Após essas exposições, tivemos um debate com a participação da plateia, apontando o papel que a televisão tem como indutora de conteúdos, quer dizer, houve algumas contribuições eu trabalhei sobre esse tema: o mercado e o papel da mídia pública. Tivemos, então, contribuições nesse sentido, mostrando que a maioria das intervenções do Conselho e da Plateia e todas as outras apontaram que o papel da mídia pública não é um papel de mercado. Não é essa a referência. Essa é uma coisa que já está na perspectiva da EBC mas que tem que ser reforçada. Não é o critério mercadológico que vai referenciar a dramaturgia.

Deveríamos ter recebido outro convidado que seria o Sr. Jorge Coutinho, que é Presidente do Sindicato dos Artistas mas que não pode comparecer. Ele traria para nós, por ser característica da sua militância, uma visão sobre a participação da presença afro-brasileira na teledramaturgia mas não esteve presente, tendo o Conselheiro João Jorge Rodrigues dado a sua contribuição nesse sentido, fazendo esse alerta; cobrando da EBC, mais uma vez, no sentido de ampliar e se preocupar com essa temática.

Tivemos também a contribuição da Empresa, o Sr. Eduardo Castro, Diretor Geral e a Sra. Berenice que, falando informalmente, nos trouxeram uma lista de obras licenciadas, com uma perspectiva, apontada por eles, de uma grande inclusão e de grande preocupação com a diversidade. E, isso gerou, no debate, uma intervenção da nossa Presidente, Sra. Ana Luiza, lembrando que não podemos trabalhar no Conselho com a ideia de que as questões estão todas resolvidas, quando se encontra mais pontual. Que é preciso juntar tudo isso para se traçar diretrizes que sejam permanentes, porque não pode ser uma questão só de gestão. Fiz uma sugestão de que esse tema Diversidade com todos esses subsídios seja uma pauta específica porque discutimos dramaturgia não só do ponto de vista da

representação mas também da habilidade técnica que é buscada, da dificuldade de orçamento e nesse ponto tivemos uma intervenção importante, também, sobre recursos. Parece que temos recursos liberados para o Fundo Setorial da Ancine de R$ 1 bilhão e o nosso Diretor Presidente Nelson Breve estava lá tentando conseguir uma parte para nós.

Enfim, esses foram os debates. Espero ter falado sobre todas as sugestões, enfatizando que a EBC se preocupe em ser um fator de mobilização dos talentos da sociedade brasileira e, também, mobilizando os talentos internos da EBC. Esse foi o nosso debate pela manhã e espero ter tocado nos pontos principais.

Sra. **Presidente** (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Só lembro a sugestão da Professora Heloísa Toledo Machado no sentido de que a EBC fizesse convênios, parcerias com as escolas de teatro, cuja ideia achei muito interessante e que espero que os diretores anotem.

Sr. Paulo Ramos Derengoski (Conselheiro) – Tendo presidido a Sessão, lembro que foi proposta a criação de um Núcleo de Dramaturgia e a outra coisa, que até foi aplaudida de pé, foi sugestão do Conselheiro Mário Augusto Jakobskind para que a EBC use mais o humor.

Sr. Mário Augusto Jakobskind (Conselheiro) – O humor como componente da cultura brasileira que não pode ser esquecido por nós. Não aquele humor chulo, da TV comercial, cheia de estereótipo. Podem crer que vai fazer sucesso.

Sra. **Ana Maria da Conceição Veloso** (Conselheira) – Não recebi, antes, os CDs do rádio porque não deu tempo. Só recebi, hoje o DVD mas, novamente, vou tratar do rádio porque hoje, pela manhã,

tivemos uma discussão muita rica sobre dramaturgia muito mais voltada para a TV Brasil na televisão. Já visitamos anteriormente as rádios da EBC, com a presença da Presidente Ana Fleck e do Conselheiro Mário Augusto, da Câmara de Rádio e recebemos cópias e como tenho acompanhado, sempre que posso, a programação das rádios da EBC, até por questão acadêmica – sou Professora de radiojornalismo, novamente, venho ao Conselho para parabenizar os conteúdos de dramaturgia que as rádios da EBC estão produzindo. Realmente, já conhecia os conteúdos, alguns conselheiros tiveram acesso agora às rádios, da dramaturgia. Há parcerias com grupos de teatro e organizações de universidades para produção desses conteúdos. Os contos no rádio são muito interessantes e vou parabenizar o trabalho da Mara Régio pois apesar dela não necessariamente estar incluída no grupo de dramaturgia, ela faz um trabalho jornalístico, de reportagens e a forma como ela se dirige ao púbico, também, pela sua capacidade crítica e a sua performance de interpretação de texto. É uma profissional que trabalha com dramaturgia no rádio. Penso, então, que a dramaturgia no rádio tem muito a dialogar com a futura área de dramaturgia da TV Brasil e é nesse sentido que proponho, Sra. Presidente, que coloquemos em pauta, no roteiro de debate, novamente, a produção radiofônica das emissoras públicas da EBC, inclusive, como pauta de roteiro de debates. Tivemos um debate muito rico sobre rádio, com a questão da digitalização com os professores da UNB mas precisamos fazer um debate sobre os conteúdos do rádio já que os Conselheiros receberam os CDs e acompanharam parte da programação do rádio na cobertura dos protestos de junho, para que possamos discutir essa questão do rádio com mais força dentro do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, assim como temos discutido com muita força as questões relativas à TV Brasil, a Agência Nacional que são importantes, óbvio, mas o rádio tem muito a mostrar, temos muito que discutir e muita produção interessante de vanguarda. Digo isso

porque me ressinto muito e já me coloquei aqui sobre isso várias vezes que em meu Estado não tenhamos emissoras que trabalhem com dramaturgia, com contos, com programas de auditório, com tanta qualidade, quando temos aqui a rádio MEC e a rádio Nacional dando esse show. Acho que essa contribuição é fundamental, precisamos dar mais "luzes" para essa contribuição, para programas como Rádio Sociedade, conduzido por Denise Viola. São programas sensacionais. Acho que as rádios da EBC têm programação de dar show e precisamos nos apropriar mais disso, inclusive para defender esse patrimônio que temos na comunicação pública, que é vanguarda, repito, na produção de conteúdo jornalístico, também. Obrigada.

Sr. Mário Augusto Jakobskind (Conselheiro) – Complementando, em cima das diretrizes que foram apontadas no nosso último encontro com o pessoal das rádios, já temos, essa semana, um encontro marcado com todo o grupo que compõe a dramaturgia das rádios para rediscutir o nosso modelo de radiodramaturgia. Essa é uma grande preocupação nossa.

Sr. Paulo Ramos Derengoski (Conselheiro) – Estive pela manhã e devo dizer que recebi o CD e o DVD e gostei muito do CD da rádio e fiz, baseado nele um pequeno texto, até em função da intervenção do nosso Diretor de Conteúdo e da nossa Conselheira Ana Maria da Conceição Veloso: "A tendência da rádio, em minha opinião, é de se transformar, cada vez mais, num modelo "all news" com prioridade para a informação e que seria, a meu ver, uma das salvações do veículo. A valorização do jornalismo vai frutificando no mercado de trabalho, atualmente ainda pequeno e fechando nas rádios, principalmente com predomínio da FM. O radiojornalismo é um dos setores da comunicação que apresenta grande possibilidade de abertura de mercado de trabalho desde que se pressione empresas,

inclusive a nossa, a cumprir a legislação brasileira. A vantagem da televisão sobre o rádio, em minha opinião, não é total como algumas pessoas pensam porque além de ser um veículo mais barato, o rádio cumpre o papel de passar informação imediata e explicar notícias para pessoas que estão em movimento, concentradas em seus afazeres, na rua, impossibilitadas de ficarem sentadas a frente de um aparelho. Sem falar no caso de uma população de baixo nível cultural, o que vem melhorando no Brasil mas que ainda se mantém num nível relativamente baixo, onde a maioria é semi-iletrados, o rádio tem maiores chances de alcance. Sem ele uma camada da população fica totalmente marginalizada da informação e das leis, daí a importância da Voz do Brasil. Muita gente já previu o fim do rádio com o advento da televisão mas isso não ocorreu. Hoje, já existem aparelhos manuais, celulares, etc. mas o rádio continua tendo seu papel específico e é nesse sentido que ele vai se desenvolver. AM e FM, por enquanto, lançam mão de linguagens diferentes. Quem ouve FM quer uma notícia curta mas sobretudo quer ouvir música mas há uma tendência do ouvinte, cada vez mais, de buscar informação. O que falta ao veículo de maneira geral é ater-se a uma pauta mais voltada para o interesse popular da população mais miúda. É preciso criar canal de comunicação entre o rádio e o nosso público mais forte. As emissoras recebem muitos telefonemas, quem ouve a Rádio Nacional e tantas outras está sempre vendo a participação efetiva, a integração e a interatividade com seus ouvintes com perguntas, dúvidas ou opiniões.

Essas observações eu passo aos Conselhos como ponto de partida para futuras elaborações de pautas. Creio que a Rádio Nacional vem evoluindo muito e o CD que ouvi as músicas são maravilhosas e tenho a certeza que a rádio desempenhará cada vez mais importância no Brasil e no mundo.” Palmas!

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) - Conselheira Ana Maria da Conceição Veloso só para dizer que já está registrada a sua solicitação e que temos certeza de que não precisamos colocar em votação, já está aprovado o próximo tema. Lembro que temos previsto para o início do ano que vem um roteiro de debate sobre o jornalismo internacional da EBC, então, em seguida, poderemos tratar desse tema do rádio.

Sra. Rita de Cássia Freire Rosa (Conselheira) – Os roteiros de debates estão sendo fundamentais para nossa reflexão, para qualificar a ação do Conselho. Estivemos no debate de hoje e sentimos a necessidade de um roteiro de debate específico sobre a Diversidade da EBC, não só no gênero mas em todos os aspectos. Durante Seminário interno, percebemos, também a importância de fazer um debate sobre a convergência digital, o que isso implica para a EBC. Então, temos uma série de agendas que poderia... Acho que precisamos montar um calendário.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Sugiro que encaminhem suas sugestões por escrito, por e-mail para o pessoal da Secretaria, para montarmos uma agenda.

Antes de passar para o nosso tema de fundo dessa reunião, gostaria de saber qual Conselheiro poderia ficar responsável por elaborar um documento com todas essas demandas que surgiram no roteiro de debates? Conselheira Rita? Você e a Eliane ficam responsáveis por encaminhar aos Conselheiros. Então, apreciaria receber esse relato por escrito, antes da próxima reunião, será interessante.

Vamos ao **Item V – Diretrizes de conteúdos: Análise do documentado resultado do Seminário de Conteúdo e Diretrizes da EBC**, tema principal dessa reunião. Nem todos os Conselheiros puderam estar presentes mas foi uma experiência que considerei

muito positiva. Pela primeira vez, conversamos sobre grade, sobre critérios de análise de grade, etc. etc. Essa reunião ocorreu nos dias 16 e 20 de setembro. Todos receberam o documento previamente? Sim, então podemos passar diretamente para a apresentação.

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Enquanto ajustamos o equipamento para passar os *slides*, gostaria de dizer, como dito pela manhã, muito rapidamente, sobre a ansiedade de fazer as coisas e, esse trabalho que ora estamos consolidando num documento era uma ansiedade minha desde o primeiro dia em que tive oportunidade de assumir o cargo que tão honrosamente ocupo.

Havia premissas para que chegássemos a esse resultado. Não conseguiríamos construir algo com a autenticidade que construímos, não o documento em si mas as discussões que aconteceram, tanto internamente, antes, quanto depois, para colocar esse documento que ainda está por ser aprovado por esse Conselho, mas havia premissas, havia necessidade de coisas anteriores acontecerem para que chegássemos a esse resultado. Uma delas era a empresa definir sua Missão. Outra delas era definir o Planejamento Estratégico pelo qual a EBC passou o ano de 2012. Uma concepção que levou tempo e que todos nós acompanhamos. Depois disso, era necessário formatar a empresa, alinhar a empresa para responder àquele Planejamento Estratégico que esse documento, em termos de programação é a ponta desse alinhamento. Então, era necessário que houvesse o alinhamento da Direção Geral de Conteúdo e Programação e isso que veio antes. A empresa se estruturar, um processo que, ainda, os Srs. Conselheiros sabem, está terminando. Esperamos neste fim de ano, colocar de pé o Plano, o redesenho interno de processos e, também, de funções da EBC, também, o término de gestão atual com a ASSERPE que trará um novo cenário para que possamos trabalhar. Agora, sim, coloca-se esse conjunto de DBiretrizes possível de ser

cumprido, não apenas uma Carta de Intenções mas, sim, um mapa do caminho. Esse documento, não só esse documento, essas discussões dão ao Comitê de Programação e Rede melhores instrumentos para tomada de decisão, não só melhores no sentido de serem os mais sólidos como também mais transparentes. Todos nós que fazemos parte do Comitê, todos nós, os Srs. Conselheiros, a Sociedade Brasileira terá acesso ao documento, terá acesso àquilo que usamos como parâmetro e terá menos dúvidas sobre o que fazemos, que mecanismos usamos para definir quais são as grades da programação dos nossos veículos.

Esse documento, esse planejamento, essas diretrizes também já levam em consideração as alterações das plataformas, o desenho que foi feito e que vem sendo implementado ao longo deste ano. O fato que consubstancia isso mais fortemente é o surgimento da Direção de Controle de Programação, que foi a grande mudança que se fez no organograma da empresa, para dar resposta a essa necessidade que estava posta de integrar as plataformas e os conteúdos da Empresa.

Como disse a Presidente Ana, essa discussão foi uma circunstância muito saborosa porque permitiu que ouvíssemos do patrão, do representante do povo brasileiro, que é o Conselho Curador, o que ele acha que deveríamos usar como parâmetro antes de fazermos as nossas escolhas como gestores da programação e não apenas *a posteriori. A posteriori* também é importante, é controle de qualidade mas sabendo antes, é claro, a chance de errarmos ou a chance de seguirmos na direção que o Conselho não considera a melhor é muito menor. Então, envolvemos não só o Conselho Curador mas o Conselho de Administração da EBC, o Conselho Fiscal da EBC, nesta parte de planejamento de controle, chegando, então, naquilo que estamos chamando de Mapa de Navegação. É um mapa que

consideramos, homenageando o Poetinha da semana (Vinicius de Morais): será eterno enquanto durar.

Temos motivos para acreditar que esse quadro que ficou desenhado poderá ser utilizado ao longo de muitos anos para as definições de programação, que é anual poderão ser feitas em cima dos nossos conteúdos. Porém, ele é poroso, absolutamente aberto, funciona, mais ou menos, na mesma lógica do Manual de Redação. Manual de Jornalismo já está vigente. Está lá, está posto, plenamente aberto a ser modificado de acordo com as necessidades ou com a mudança de cenário, passível de contribuições, inclusive as últimas que foram feitas pelos funcionários para essa construção inicial e que ainda estão sendo entabuladas. O prazo foi aberto semana passada, pela internet, para que os funcionários dessem as suas contribuições para esse início de trabalho. Considero esse documento o início do trabalho e as contribuições serão sistematizadas e a partir do momento em que os senhores conselheiros aprovarem aquilo que já aprovamos no âmbito interno, tanto no Conselho de Programação quanto na Direção Executiva, esse documento que consubstancia essas discussões trará as contribuições dos funcionários.

Passando slides

A primeira coisa é mostrar que esse trabalho se alinha àquilo que foi definido como Planejamento Estratégico da EBC, o documento Estratégico EBC, que vai até 2022, com base na nossa Missão e nos resultados esperados.

Chegamos, então, a uma série de diretrizes que começam a ser apresentados agora e os Srs., têm detalhamento maior na mão aqui no documento.

A Diretriz de nº 1 é a definição do que seriam critérios e parâmetros para avaliação de conteúdos. O que entra na grade da programação da televisão, da rádio? O que apresentamos nos nossos portais como conteúdo? Ela deve preencher um conjunto de critérios e parâmetros que definimos e estão no documento entregue a cada Conselheiro.

Fundamentalmente, a primeira delas é o enquadramento na Missão. Não há conteúdo dentro da EBC que possa estar nos nossos veículos que não estejam enquadrados na nossa Missão, de criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas. Então, devemos considerar que todos os nossos conteúdos tenham como premissa estarem dentro da Missão. Essa é a única que é absolutamente indiscutível com relação as demais porque bastará cumprir a Missão para estar na grade da programação. Mas, contribuindo com os outros critérios e parâmetros ele vai consolidando a sua presença na grade, porque precisamos ter método para separar o que vai este ano, o que não vai mais, o que já cumpriu a Missão, o que não cumpriu, o que achamos que tem que ter mais investimento, o que achamos que tem que ter menos, sem ter que consultar o Conselho a toda decisão que for tomada. Teremos isso de maneira consensuada, de maneira geral, é claro, o que está aqui não substitui as reuniões do Conselho Curador, as Audiências Públicas do Conselho Curador, as reuniões do Comitê de Programação em Rede, o Plano de Trabalho que é anual, a Ouvidoria e todas as outras instâncias de decisão que temos dentro da Empresa e com a participação da sociedade, também.

Ainda, na Missão, a Relevância é um critério que usamos como parâmetro para participação de um conteúdo na grade ou não. Definimos como Relevância a capacidade do conteúdo de gerar repercussão positiva na mídia, mídia especializada, outros produtos ou programadores de conteúdo, público prioritário do conteúdo, etc.

Alguns aspectos devem ser utilizados para sua verificação: análise de mídia, se ele é ou não inovador, se ele permite a convergência de conteúdos, ou seja, se ele sai de um veículo para outro ou se ele já é pensado para ir ao ar em mais de um conteúdo.

Visibilidade é o terceiro critério. A capacidade do conteúdo de captar a atenção do público em geral mas em especial, do público para o qual é dirigido prioritariamente. Alguns aspectos devem ser utilizados para sua verificação: a posição na grade, se ele atinge efetivamente o público para o qual foi elaborado e pensado, a estabilidade da audiência (se a audiência nos intervalos permanece, se perde o interesse, se ela ganha interesse), análise de mídias, incluindo mídias sociais que também nos ajudam a perceber qual a relevância desse produto, qual a visibilidade que esse produto está tendo, monitoramente em tempo real pela WEB e monitoramento também em termos de audiência – e, como sempre digo, não olhando apenas para a "corrida do cavalo": quem está em primeiro, quem está em segundo mas, sim, todos os demais ingredientes e elementos, que temos, da auferição de pesquisas que conseguirmos alcançar.

E, como quarto critério para definição de grade e programação, é o que chamamos de Custo e Potencial de Captação. Aqui, devo prender um pouco a atenção para não parecer que é algo absolutamente imprescindível para um programa. Quer dizer, se não conseguirmos revender esse programa ou ele não se pagar não vai estar na grade? Não. Absolutamente, não, mas isso é um critério que é importante para avaliarmos que peso ele tem relativo ao nosso orçamento. Se ele deve sair do nosso orçamento ou se, como vimos pela manhã, podemos buscar outros mecanismos para financiar esse programa. Mecanismos do Ministério da Cultura, mecanismos de Apoio à Cultura ou, até mesmo, de Apoio Institucional. Então, a otimização do recurso da produção é fator preponderante para análise de

conteúdos, tendo como parâmetro os custos da produção no gênero e no formato. É claro que não podemos achar que um programa que custa X por minuto para fazer a reportagem no mundo inteiro pode ser equiparado, em termos de custo, a um programa que custa Y para fazer teleteatro, por exemplo, ou radioteatro. Os custos têm que ser olhados na sua devida equivalência. Mas, se ele é muito caro ou se ele é muito barato, deve ser levado em consideração quando vamos fazer escolhas com o orçamento que é definido.

Como segunda Diretriz, definimos o Modelo de Negócio. Definição do Modelo de Negócio mais adequado à realidade da EBC e ao tipo de produção e produto é fundamental para utilizar melhor os recursos humanos e financeiros da empresa. O que quer dizer é isso? Como e o que vamos fazer, como e o que vamos encomendar, como e o que podemos fazer por parceria, o que podemos fazer como produção própria, o que podemos fazer como coprodução, o que devemos com licenciamento, o que a Rede pode aportar e deve aportar como conteúdo, prioritariamente, no rádio, na televisão e, também, na WEB, porque os modelos diferem. Não vou entrar em detalhes aqui porque estão colocados para os Srs. Mas vou dar como exemplo: o que acreditamos que deva ser feito por produção própria não excludentemente mas que pode ser feita com produção própria pela televisão: o jornalismo, debates, entrevistas, programas de variedades, eventos, priorizar o que é ao vivo. Isso acreditamos que deva ser feito prioritariamente dentro da Casa. O que deve ser feito prioritariamente mas não excludentemente por coprodução: animações seriadas, séries documentais, dramatúrgicas, shows de variedade, como por exemplo, aquele que tivemos e vai voltar na grade: Comida Brasil. Isso é o que chamamos de show de realidade, para que não haja nenhuma dúvida sobre e o que estamos falando. O que devemos prioritariamente mas não excludentemente com licenciamento: obras independentes seriadas, não seriadas, de

animação, de ficção, documentários e, também, shows de realidades. É desejável priorizar licenciamento de obras independentes nacionais. Isso colocamos como prioridade. Somos hoje a emissora que mais exibe filmes nacionais na televisão e queremos continuar com esse título. A rede pública pode aportar com aquilo que ela tem de melhor. Não há, pelo menos no entender do Grupo que discutiu esse ponto, nenhum limite que deva ser colocado para que, justamente o que tem de melhor na Rede possa vir parar na televisão, para ser exibido nacionalmente.

Na plataforma do rádio usamos mais ou menos os mesmos tipos de critérios, para produção própria, para produção para licenciamento e, também, na plataforma WEB. Aqui não vou entrar em detalhes a não ser que solicitado porque está no material entregue.

Diretriz de nº 3 – Definimos o ponto de projeto *pitching* como as portas de entrada prioritárias para a produção independente na EBC. O que quer dizer Isso? Que vai prevalecer a forma transparente da "concorrência" no projeto e não aquele que tem oportunidade de ter uma reunião com o diretor ou a oportunidade de mandar um projeto para que vejamos, ou seja, que tenha a chance maior de ter seu produto aprovado pela EBC. Isto também quer dizer que devemos colocar dinheiro correspondente, o orçamento correspondente para que o banco de projetos seja a porta de entrada para coproduções para a produção independente, a porta de entrada de maior visibilidade.

A Diretriz de nº 4 mexe com a definição dos princípios da lei de criação da EBC. Essa era uma dúvida muito grande: o que é produção independente? O que é produção regional? Isso aparece na Lei, aparece, também, como definição da Ancine, só que precisamos saber com qual estamos tratando: o rádio trabalha isso de que

maneira? A televisão trabalha isso de que forma? Que fique muito claro que aqueles números que estamos apresentando de fato – que vai aparecer na 2ª parte no Relatório Gerencial, represente o que consideramos os mesmos critérios para todos.

E a primeira Diretriz desse tema, o de nº 4, é a Regionalização que prevê a regionalização da programação dos veículos, além de uma obrigação legal, pode ser uma estratégia de diferenciação e inovação. Entra aqui o que falei pela manhã, da nossa tentativa de fazer com que encontremos recursos fora da EBC para trabalhar fundamentalmente, condições da Rede e na regionalização, ou seja, produto sendo feito com dinheiro do Fundo para ser exibido nacionalmente, feitos regionalmente.

Serão priorizados para atendimento dessa Diretriz os conteúdos produzidos pela Rede Nacional de Comunicação Pública. As produções devem atender a padrões de qualidades técnicas mínimas que serão analisadas caso a caso pelo Comitê de Programação, ou seja, se houver uma ideia brilhante que tenha ainda algum problema de execução técnica não necessariamente ficará fora da grade mas será olhado com muito apreço pelo Comitê de Programação para que ele seja referenciado dessa forma. Alguma coisa inovadora vamos colocar no ar e trabalharemos para ajudar a mexer nesse programa.

Definimos, também, que para efeito do cumprimento da cota de 10% do conteúdo regional de televisão serão consideramos apenas os conteúdos nacionais, cuja origem de produção, coprodução e licenciamento não forem Rio, São Paulo ou Brasília. Porque olhando para a Lei hoje, podemos considerar o que é feito em São Paulo produção regional, podemos considerar o que é feito no Rio produção regional mas sabemos que o intuito da Lei não era esse. O intuito da Lei é justamente tirar dos Centros onde acontecem a maior

quantidade de produção a possibilidade de haver produção. Então, não vamos utilizar, para efeito de contagem, como produção regional o que for feito no Rio, São Paulo e Brasília.

Para efeito de cumprimento da cota de 10% de conteúdo regional nas rádios, o que é um pouco diferente porque a rádio é regional, fundamentalmente, serão considerados os conteúdos produzidos por equipe residente no local ou região da área de cobertura da emissora.

O conteúdo das parcerias com emissoras públicas ou entidades da sociedade civil de outros estados ou regiões deverão compor as grades de programação a fim de se garantir a diversidade de sotaques, linguagens e estética.

A Diretriz de nº 5 fala do conceito de produção independente. A Lei da EBC define que para uma obra ser considerada independente a EBC não pode ser detentora majoritária dos direitos patrimoniais. Assim, não é apenas pela caracterização do parceiro como produtor independente que devemos analisar o cumprimento dessa cota. Para continuar fortalecendo o relacionamento com o produtor independente, repito, e com o já foi colocado anteriormente, o Banco de Projetos é definido como porta de entrada prioritária à produção.

Terceiro Tema: Diretriz de nº 6 – Estratégia de Comunicação, marketing e negócios. O alinhamento entre marketing e negócios é da área de Conteúdo mas é a partir da área de Conteúdo não a partir da área de Marketing e de Negócios. Como foi dito hoje pela manhã, como potencializar a informação que circula acerca daquilo que já fazemos ou que vamos estrear. Todos os produtos a serem lançados passarão por um alinhamento das áreas de produção, programação, comunicação e marketing com vistas ao planejamento do lançamento de cada produto, com definição de ações, cronograma e liderança. É

importante também que seja destinado e garantido um orçamento do produto com um valor para o item Promoção e Divulgação. Vai, exatamente na linha daquilo que foi dito pela manhã pelo André. É necessário que tenhamos em mente que a nossa "galinha" precisa "cacarejar" não basta apenas ela botar um belo ovo, precisamos fazer com que esse ovo seja devidamente conhecido e para isso temos que ter como diretriz porque é tendência, é natural ao fazedor do produto querer gastar todo o dinheiro com ele, quando é necessário que tenhamos uma reserva para que façamos o devido "cacarejo". E, também, é claro, a utilização daquilo que temos como nossos veículos para fazer a divulgação do que estamos fazendo. A rádio falando da televisão, a televisão falando do rádio, as redes sociais falando dos veículos rádio e televisão e vice-versa, daqui para lá e de lá para cá, sempre levando em consideração que não se faz "apenas propaganda". Ao fazer a divulgação do conteúdo já estamos entregando o conteúdo para o usuário. Então, é um tipo muito forte de divulgação que fazemos mas, agora, como diretriz, fazer na WEB. Além do que fazemos na WEB para ela também utilizar essa plataforma como meio de divulgação da EBC como um todo.

A Diretriz de nº 7 – Solicita a integração das WEB com as plataformas. Tão importante vetor de divulgação e fortalecimento comercial brasileiro. Explanei sobre a Diretriz anterior e esta ao mesmo tempo.

A Diretriz de nº 8 – Plataforma Televisão. Tem como Diretriz fundamental que a grade de programação deva ser formada a partir do tripé estratégico baseado em programação infantil de excelência, jornalismo e informação com credibilidade e entretenimento para o conhecimento. Estamos pegando como processo inicial, digamos assim, aquilo que pretendemos usar como "piloto" nesse ano de

2014, que é justamente os 50 Anos do Golpe. É algo que queremos usar porque se coaduna com as Diretrizes de Direitos Humanos que já temos e, também, acreditamos que é uma oportunidade para fazer funcionar estas novas Diretrizes, para ver como elas se darão na prática. Não dá para se chamar de "projeto piloto" porque estará no ar mas é como um "projeto prioritário", vamos chamar assim, para o ano de 2014.

Definimos, também que, diante do desafio de melhorar a nossa programação e os nossos patamares de percepção geral – Visibilidade e Percepção, o Comitê de Programação em Rede vai desenvolver uma análise detalhada inicialmente do chamado "prime time", o horário nobre, entre às 18h e 23h e, também, da faixa infantil, da hora da criança, para que comece por ele uma análise criteriosa da grade. O que fazemos todo ano mas que esse ano faremos à luz dessas novas diretrizes.

TV Brasil Internacional também recebeu uma diretriz específica que deve ampliar sua cobertura e também a produção voltada para o seu púbico específico. Isso implica, enseja recursos. Colocamos as Diretrizes como ponto a ser alcançado mas temos que levar em consideração que temos que disponibilizar Caixa para fazer uso a partir dos próximos anos.

A Diretriz de nº 10 – trata da plataforma WEB. Estratégia para a WEB. A EBC precisa fortalecer a plataforma WEB, composta por Portal EBC, site TV Brasil, site TV Brasil Internacional, site Rádios EBC, essa a chamada plataforma WEB, muito embora tenhamos trafegando pela WEB as agências que configuram uma outra plataforma. Para distribuir os conteúdos da Empresa, interagir com a Rede, alcançando público com a linguagem própria da plataforma. Só como exemplo, no final do ano de 2011 estávamos chegando, com todos os nossos sites juntos, com 300 mil usuários; estamos chegando ao final de

2013 com quatro milhões de usuários. Aumentamos em muito a nossa audiência na WEB nesses dois anos e, acreditamos, que até o final do ano que vem, que é um ano de eleição... eleição faz com que os "picos" fiquem muito fortes principalmente nos dias de primeiro e segundo turnos. A busca nos dias de eleição é brutalmente maior do que o normal, então, acreditamos que nesse ano de eleição com as providências que estamos tomando na área de tecnologia e também com esse aumento que vem acontecendo nos conteúdos, devemos bater cinco milhões de usuários no final do ano que vem.

Também como diretriz na WEB, a Diretriz de nº 11, coloca que as redes sociais são uma forma diferente de consumo de informação e entretenimento. A EBC precisa de forma coordenada criar maneira, formatos e interagir com esse público. Já temos um trabalho na WEB mas queremos refinar esse trabalho. Acabamos de aprovar o Manual de uso de Rede Sociais, que é algo de uso interno mas que busca justamente trazer alguns parâmetros de como utilizar os nossos conteúdos na WEB, principalmente nas redes sociais para fazer com que ele cheguem a um melhor objetivo. Colocamos como uma Diretriz a ser melhor discutida.

Na plataforma Diretriz nº 12 – Rádio. Esse foi um tema que chamou muita atenção no Seminário. Infelizmente, o "Chico" está vetado pelo Departamento Médico, ele não está aqui, porque foi uma discussão que ganhou muita relevância. Quem esteve lá percebeu a alegria que com que nós discutimos as mudanças que pretendemos fazer, as adaptações que gostaríamos de fazer na redefinição das grades de programação das rádios, o que não quer dizer "dar cavalo de pau", "virar tudo de cabeça para baixo", desvalorizar ou esquecer o patrimônio que temos a partir dos nomes das emissoras MEC e Nacional e com tudo que elas representam para a comunicação, não só pública mas para a comunicação em todo o Brasil. Mas, queremos redefinir a lógica de organização das emissoras porque, vale lembrar,

elas foram empresas separadas. A Rádio Nacional um dia foi uma empresa separada da Rádio MEC. A rádio MEC um dia foi uma empresa e depois se juntou à Fundação Roquete Pinto e depois se juntou à ASSERPE e depois, depois de ser a gestora dos canais para se juntar à EBC, que já tinha as rádios que eram da Radiobrás, sendo que a rádio Nacional foi uma rádio que foi rejuntada à Radiobrás, ou seja, elas vêm de vidas próprias, hoje, são uma "constelação" . Precisamos ordenar essa "constelação" para que as estrelas brilhem o máximo possível. Não vão deixar de ser estrelas, não vão perder a história que têm, construída a custo de muita coisa. Mas, o que sabemos é que, hoje, colocadas todas juntas elas precisam encontrar o seu lugar para melhor cumprir a Missão de emissoras públicas que nós acreditamos que elas ainda têm. No cenário de digitalização do rádio, no cenário, como disse o Conselheiro Paulo, sobre mudanças que estão acontecendo no setor, acreditamos que o rádio ainda tem muito a crescer, e as rádios da EBC especificamente. Em discussões que tivemos, numa tarde, fizemos um parágrafo: "redefinir a lógica de organização das emissoras por eixo de afinidades, uma nova dimensão organizacional em sintonia com o planejamento estratégico que vai propiciar uma maior sinergia entre as emissoras de rádios e as outras plataformas da EBC, além de permitir uma otimização da produção, uma veiculação de conteúdos de forma que possa ser melhor aproveitada a grade de programação sem desconsiderar as características históricas e identidade de cada emissora. Definimos três eixos para que as emissoras trabalhem: o de nº 1, é o Informativo, esportivo e de utilidade pública; o de n º 2, educativo, colaborativo e o experimental; o eixo de nº 3 é o cultural e musical.

Teremos a oportunidade de trazer todas essas discussões para a Mesa, no Conselho Curador. Está mais bem colocado no papel mas quem se interessar pelo tema porque, como disse a Conselheira Ana, a rádio merece ser discutida mais caudalosamente na Mesa do

Conselho Curador. Estamos à disposição para fazer essa construção conjunta. A primeira apresentação da ideia foi feita com integrantes do Conselho Curador à Mesa e foi muito bem recebida para nossa imensa satisfação. Foi percebida pelo Conselho Curador como um passo a diante e não como um passo por cima de qualquer coisa. Modificar, rejuvenescer a audiência da rádio não significa desprezar aquilo que ela construiu, nem os comunicadores que ela tem, nem os seus funcionários, nem os ouvintes que ela já tem. Temos que construir isso com muita calma, junto com a sociedade para que ela se perceba como partícipe-representante. Temos aqui grupos muito aguerridos em defesa da rádio que foram fundamentais no momento em que a rádio não tinha dinheiro... A rádio MEC, por exemplo, não tinha dinheiro para afinar piano e a Sociedade de Amigos da Rádio MEC, para nomear aqui, foi fundamental nesse momento não só afinando como comprando piano para a rádio. Mas, esse momento, essa penúria passou, hoje, o instante é outro, queremos construir algo para além do que as rádios já fizeram, queremos construir juntos um ambiente radiofônico que seja melhor aproveitado por todas as nossas rádios, para que elas cheguem a mais gente, com mais força e com mais qualidade, dentro da Missão, sem perder a carga histórica que cada uma delas tem. O que entendemos que são a colocação dessas rádios nesses eixos é: o Eixo nº 1, que é o mais informativo, sendo a Nacional do Rio, a Nacional de Brasília, a Nacional da Amazônia e a Nacional do Alto Solimões. O Eixo nº 2, que é o colaborativo, educacional e experimental, as rádios MEC AM Rio, MEC AM Brasília e o Eixo nº 3, que é Cultural e Musical, Nacional FM Brasília, MEC FM do Rio e Nacional FM do Alto Solimões, o que, repito, não quer dizer que a Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro, estando num eixo que consideramos que deva priorizar a informação, não deve mais ter programa de auditório, musical. Muito pelo contrário. Estamos trabalhando para recuperar aquele auditório e colocá-lo em condições de ser usado, evidentemente, por todas as rádios da EBC

mas, também, pela Rádio Nacional. Então, não são excludentes essas colocações, mas, sim queremos que as rádios se utilizem melhor da força que elas já têm.

Como diretriz para a plataforma Agência – A Diretriz de nº 13 – Falamos em fortalecer a plataforma. A plataforma Agências é a Agência Brasil e a Rádio Agência Nacional. Consolidar a produção de conteúdo das Agência EBC com foco no cidadão, sempre o nosso usuário final mas, sempre levando em consideração que a reverberação do material que fazemos nas agências se dá por emissoras de rádio; no caso da Rádio Agência, muitas delas privadas e outras tantas públicas e outras, ainda, como emissoras comunitárias e, no caso da Agência Brasil que distribui o material que é utilizado por jornais impressos e portais pelo Brasil a fora. Então, temos que continuar com o foco no cidadão, é para isso que servimos mas temos, também, que levar em consideração que ao distribuir o conteúdo para jornal, estamos, também, atendendo a nossa Missão de chegar ao cidadão. Temos construido, inclusive fisicamente lá na página, mecanismos para ajudar o editor do jornal, o editor da rádio a buscar os nossos conteúdos e disponibilizar da melhor maneira possível o veículo para o qual ele está trabalhando.

A Diretriz de nº 14 – Coloca a Agência Brasil com a meta de aprimorar a cobertura de matérias não factuais, ampliando seu leque de cobertura, o que também não é excludente, que não quer dizer de maneira nenhuma – e é bom deixar claro, deixar de lado a cobertura factual que já fazemos. A Agência Brasil tem uma penetração principalmente em Brasília muito grande e não vamos deixar de cobrir assuntos do dia, assuntos factuais porém, colocamos como diretriz fortalecer a cobertura dos não factuais: grandes reportagens, reportagens especiais, séries de reportagens, etc.

A rádio Agência Brasil tem como Diretriz nº 15, a necessidade de integrar-se à estratégia de plataformas de agências da EBC. Hoje em dias isso já acontece mas de forma mais estruturada, fortalecendo o seu papel como Agência de conteúdo radiofônico. Aquilo que eu dizia com relação ao jornal, a distribuição de conteúdo para outros veículos, portais, blogs, rádios do interior, também utilizam o material da Rádio Agência Nacional e isso deve ser levado em consideração na hora em que fazemos nossos conteúdos.

Por fim, mais 3 Diretrizes que são questões não relacionadas conteúdo mas que dão suporte ao conteúdo.

A Diretriz de nº 16, melhoria na gestão do macro processo do planejamento do conteúdo é o fortalecimento tanto da relação do Conselho Curador com a Diretoria Executiva, as Diretorias ligadas à Direção Geral, a Diretoria de Programação e Conteúdo, a Diretoria de Produção e a Diretoria de Jornalismo que, a partir do redesenho, serão responsáveis pelos conteúdos de todos os nossos veículos. Por exemplo, a Diretoria de Produção, hoje, só faz televisão e, a partir do redesenho, ela vai fazer produtos para todas as áreas, não jornalísticos para todas as áreas, gestionar contratos para todos os nossos veículos e, também, o fortalecimento do Comitê de Programação. Pretendemos que ele seja fortalecido institucionalmente, para que ele funcione melhor, com mecanismos de divulgação dos seus atos mais rapidamente sendo feitos, desde a velocidade com que a Ata fica pronta até a divulgação das nossas reuniões com o Conselho Curador. Acreditamos que fortalecer o Comitê de Programação em Rede é importante para que aconteçam melhorias no macro processo de definição. Mudanças nas planilhas. Como fazemos as escolhas de programas? Que tipo de critério usamos para escolher este ou aquele programa? São esses os critérios mas como eles vão chegar ao Comitê? É isso que pretendemos fortalecer.

Diretriz de nº 17 – Garantir o investimento em tecnologia e infraestrutura de TI. Já disse aqui, esse foi um passo importante, a criação do Comitê que gestiona essa área, ou seja, hoje em dia, toda compra que fazemos de equipamento, seja para a engenharia de televisão, seja um computador de mesa, passa pelo mesmo Comitê, ou seja, todos estão sabendo para onde estão indo os investimentos dessa área da empresa e isso, também, atende a uma necessidade das empresas públicas que é ter um PDTI, um Plano Diretor dos Gastos em Tecnologia da Informação, como fazemos as compras, como contratamos serviços, quanto gastamos do orçamento da empresa e, no nosso caso, com um "plus" de sermos dependentes da tecnologia para fazermos e distribuirmos bem os nossos conteúdos. A área de programação solicita da Empresa e garantimos o investimento em tecnologia.

E, a última Diretriz que foi colocada, a de nº 18 – Acompanhar e atuar nas decisões do novo cenário do rádio brasileiro com relação às novas tecnologias, principalmente, aos assuntos relativos ao rádio digital. Estendo, inclusive, para as discussões que estão acontecendo em outros âmbitos da tecnologia. Temos acompanhado muito de perto as discussões em torno do uso do espectro da TV digital. São outras iniciativas que a EBC toma mas que a área de programação estava distante e precisamos ficar cada vez mais próximos porque o fortalecimento desses setores, dessas atividades, também, vai fortalecer a divisão e distribuição dos nossos conteúdos.

Para finalizar, explico que para chegar às Diretrizes executamos várias ações. O que devemos fazer para chegar nesses resultados que estamos propondo? Quando vamos chegar? Mas, como eu disse, não era o nosso objetivo substituir o Plano de Trabalho. Todo ano temos que apresentar um Plano de Trabalho para o Conselho Curador. Esse Plano tem que ser aprovado para que no ano seguinte seja colocado em prática. Temos tentado e essa é mais uma forma de

sistematizar e conseguimos fazer, que esse Plano de Trabalho seja "desenhado" ao longo de mais tempo, com o acompanhamento do Conselho Curador para que quando ele chegue aqui para ser aprovado, não seja uma surpresa para ninguém, nem para os Conselheiros nem para nós com as demandas eventuais que venham. Já colocamos aqui algumas das ações que consideramos que devam estar presentes no Plano de Trabalho de 2014, para que construamos o Plano com essas Diretrizes incluídas. Fazer uma ação sistemática para preencher a faixa de rede da TV Brasil. Os Srs. sabem que temos lá 10 horas destinadas à programação regional, só que neste momento ela não é preenchida por uma série de fatores que vão da fragilidade das emissoras e também às nossas. Na reunião pela manhã, dei um exemplo junto a fonte de financiamento, institucionalmente aos Governos de Estado, que são aqueles que mantém as emissoras, para que consigamos preencher a nossa faixa de exibição nacional com conteúdo de rede. Também, atuar na capacitação técnica e artística e de gestão das parceiras. Não só pedir mas, também, ajudar a dar mecanismos para atendimentos da norma de coprodução. Fazer programas conosco que sejam bem entregues sob o ponto de vista técnico, sob o ponto de vista de prazo, sob o ponto de vista do cumprimento da Missão mas dando, ajudando a dar condições para que isso aconteça.

Criar uma norma e/ou uma política – falta definir como, ao longo de 2014 para aquisição de obras da produção independente. Há mais que um decálogo. Como se compra? A televisão Canadense, por exemplo, a CNC tem uma norma, um manual de como se faz a aquisição da produção independente. Já temos esse documento, temos outros e queremos consolidar um para apresentar ao Conselho Curador e informar que é assim que devemos comprar da produção independente. Tem que cumprir esses critérios, tem que ser dessa forma ou não vamos poder fazer essas aquisição.

Criar um protocolo com a norma de lançamento de produtos. Como vamos lançar? Em quanto tempo o produto tem que estar pronto? Com quanto tempo de antecedência temos que produzir, para fazer a devida divulgação, para que não haja espasmos. Oportunizar tudo com um calendário anterior e trabalhar na emergência apenas naquilo que é uma oportunidade que aparece.

Pretendemos, também, para o ano que vem – 2014, a criação de uma faixa que estamos chamando de LEB, que é uma faixa de laboratório de programas experimentais. Começar a colocar de pé uma faixa de programação que ainda falta definir como vai ser, se semanal, se diário, se horizontal, vertical mas com produtos inovadores. Também criar uma faixa que chamamos de "Você faz TV", que é para agrupar e dar a devida divulgação às produções de grupos e organizações sociais. Já temos, hoje, produtos que se encaixam nessa faixa mas eles não recebem esse chamado, essa atenção para o telespectador.

Também, para o ano de 2014, o uso de conteúdo de outras TV e rádios púbicas na WEB. É o que chamamos, no embrião, de "Fazer um Canal B", um balde de conteúdos na WEB que as emissoras possam buscar, o telespectador também, de outros canais de televisão que não seja só a TV Brasil mas, outros, ligados a nós através da rede.

Também, queremos atualizar os Planos Editoriais das emissoras de rádio, já disse aqui, para criar esses eixos de afinidades. Desenvolver uma Plataforma de Integração das Agências em ambiente controlado, o que quer dizer que continuamos servindo ao nosso público alvo, que é o cidadão mas criarmos um mecanismo para que saibamos onde e como os jornais, página da WEB estão utilizando o nosso material, da Agência Brasil, da Rádio Agência Nacional.

Como Próximos Passos: revisão dos documentos e processos do Comitê de Programação em Rede, aquele fortalecimento que já falei; o Alinhamento do Orçamento – o que coloquei aqui é Plano de Trabalho de 2014, por favor. O Alinhamento dos Relatórios Gerenciais, com tudo aquilo que estamos definindo aqui, ou seja, na segunda parte desta reunião vamos falar do Relatório Gerencial. Tudo isso que está sendo decidido aqui como estratégia e diretriz tem que aparecer lá como prestação de contas.

Já estamos marcando uma reunião num ponto de controle visando o ano que vem, no mês de dezembro; e já definindo que faremos três grandes encontros que terá esse mesmo caráter do que fizemos no mês de setembro, Estratégico de Programação para janeiro, maio e para novembro no ano que vem(2014).

Fundamentalmente é isso, coloco-me à disposição bem como os Diretores que participaram da conversa, os nossos Superintendentes também estão aqui. Obrigado.

Sra. Presidente (Ana Luiza Fleck Saibro) – Obrigada, Eduardo. Abro a palavra aos Conselheiros que quiserem fazer apartes.

Sr. Takashi Tome (Conselheiro) – Lamento ter perdido esse Seminário, gostaria muito de ter participado mas, infelizmente, não deu para eu ir. Gostaria de parabenizar a organização do Seminário que, pelo jeito, foi muito bom, excelente. Estão todos de parabéns.

Gostaria, apenas, de fazer um pequeno adendo. Aqui na Diretriz 1, item 3 – Visibilidade. Tem aqui alguns aspectos para verificação da audiência. Gostaria de fazer duas sugestões: como é um trabalho muito bom, feito pela Ouvidoria, que seria um grupo focar, juntar que, no caso da Ouvidoria, foi juntar um grupo de estudantes para eles assistirem à programação infantil e darem suas opiniões, discutir aquele conteúdo. Achei uma experiência muito boa e gostaria que essa experiência fosse institucionalizada e repetida em outras praças.

Outra sugestão para auferição de audiência é fazer pesquisa de mercado direto. Contratar uma firma de pesquisa de mercado e fazer pesquisa quantitativa, qualitativa, Regina conhece bem esse processo e, talvez, seja mais eficaz do que ficarmos "amarrados" aos números do IBOPE que são muito vagos.

O terceiro item, na verdade aparece permeado aqui em vários locais, inclusive num dos *slides* o Eduardo citou a questão do Canal B mas gostaria que fosse enfatizada a parceria não somente com as TVEs, TV Câmara, TV Senado, TV Justiça mas também com as TVs Universitárias e TVs comunitárias e também com as respectivas rádios. Eram esses os pontos.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – A Diretoria está anotando e, depois, apanha na transcrição.

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Se a Sra. me permite, gostaria de parabenizar nominalmente, o Conselheiro Takashi, Bráulio e a Indira. E, explicar como faremos com as sugestões, modificações, etc. que forem apontadas. Iremos sistematizar o que recebermos aqui e o que for aprovado, faremos uma publicação, que, ainda, iremos resolver se será em papel, se será um lançamento, se será oportuno disponibilizar apenas na WEB. Isso ainda precisa ser decidido, como será melhor. Ainda há as contribuições dos funcionários que estamos sistematizando.

Sr. Cláudio Lembo (Conselheiro) – Qual é a cobertura da TV Brasil?

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Hoje, são 68 países. África, a América do Sul é praticamente, inteira, porém não com a melhor distribuidora possível. Gostaríamos que fosse com a melhor possível e estamos trabalhando para isso. Estamos no Japão, Canadá, Estados Unidos e, neste momento, temos apenas Portugal, na Europa, mas já temos fixado um contrato para distribuição em 20 países. Algumas dessas distribuições são muito boas. Na África é excelente, tem uma

grande penetração. Na América Latina, América Central e América do Sul não é a melhor distribuição mas pretendemos melhorar.

Sr. Nelson Breve (Conselheiro) – Só melhor explicando essa questão da América do Sul é que o carregamento que temos, herdamos das operadoras que carregavam a TV Integração, que era o projeto anterior e já fizemos vários contatos, inclusive com a Direct TV, que tem o melhor DTH de cobertura na América do Sul e eles não têm espaço no satélite deles. Eles têm previsão de lançamento de um novo satélite daqui há 2 anos e meio a 4 anos e a possibilidade melhor que existe dentro deste cenário, dos 2 anos e meio da montagem da infraestrutura para recebimento do sinal deste novo satélite e, antes mesmo de lançamento do satélite... Antes mesmo do deslocamento do satélite... Se ele é um satélite reserva, aqui entre a Sky Brasil e a Sky da América Latina com a associação da Direct TV, há possibilidade deles utilizarem esse satélite reserva e só, então, haveria espaço para termos um carregamento mais nobre na América Latina. O prazo é dois e meio a quatro anos. Para operar o satélite reserva precisa de uma infraestrutura que só estaria pronta em dois anos e meio. O lançamento de um novo satélite pode durar até 4 anos.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Quero parabenizar a Empresa. Tive a oportunidade de participar do Seminário de Conteúdo e de Diretrizes e foi muito interessante, extremamente rico. E quero agradecer, agora, pela oportunidade da participação dos trabalhadores, apontando para uma cultura que, espero, seja cada vez mais presente na Empresa que é da escuta por quem faz, ou seja, uma gestão democrática dentro da Empresa, dentro de todas as emissoras.

Tenho vários comentários. Gostaria de entender o que é esse "compilar as considerações dos trabalhadores". Não sei se todos os

Conselheiros tiveram a oportunidade de ver, houve participações extremamente ricas que foram abertas intranet e, por isso, gostaria de entender como será essa sistematização. Quais são os critérios que serão adotados para o que será considerado pertinente e o que não será pertinente. O que será incluído ou não.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Sugiro você trazer as contribuições dos funcionários aqui para o Conselho, aquelas sugestões...

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Eu defino com os trabalhadores?

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Pode trazer todas ou definir aquelas que julgar mais pertinentes.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Tem que ser agora? Quero entender como é o processo.

Sr Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – A Eliane tem razão. As contribuições dos funcionários são muito boas.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – As contribuições dos funcionários não chegaram à Diretoria?

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Como o documento não é uma redação explicada, é uma série de tópicos e quem participou do Seminário viu, que foram sugeridas pelos funcionários e que estão ali. Então, é simplesmente ressaltar...

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Eliane, a quantidade é muito grande para colocar aqui, agora?

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira)– Para expor agora, sim. Eu fiz um compilado do que está no intranet e outras sugestões que me vieram de outras formas, então, a minha fala, agora, seria

expor algumas das questões que foram bastante pontuadas nas reuniões. Agora, será uma leitura geral das questões ...

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Claro, Eliane, que podemos mudar um pouco a sistemática mas estava previsto deliberar sobre esse documento hoje. Podemos falar agora, então.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Fiz uma síntese do que, nas discussões foram mais marcantes.

A questão dos critérios de Visibilidade. Diretriz 1 – Quanto aos critérios de Relevância e Visibilidade surgiu a dúvida de qual o impacto que terá a análise da mídia. Precisaremos estar sempre credenciados, referenciados ou chancelados por outras emissoras que não tenham a mesma Missão que a nossa para considerar como relevante? Em relação ao público, reforçando o que o Conselheiro Takashi expos de criar critérios para além da audiência do IBOPE e, de fato, o grupo focal aparece, a análise de grupos focais.

Diretriz 2 – Definição de um modelo de negócio mais adequado, foi um ponto que trouxe bastante preocupação e, talvez, seja o que mais tenha movimentado os trabalhadores, porque o que fica é o seguinte: há uma priorização da produção própria por parte do jornalismo, debates, revistas e eventos, de uma forma geral em todas as plataformas. Com exceção da WEB que abre, também, para variedades e artísticos, musicais, infanto juvenil, experimentação e multimídia. Essa questão da produção própria...

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Só fazendo um reparo. Variedades está no rádio e na televisão também, foi um lapso na 1ª. Versão e já foi corrigido na versão final.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – É, porque essa questão... O que é Variedades?

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Vou dar um nome de um programa como Variedades: o Programa da Leda. Que é um programa de debate mas não é um debate de temas nacionais de fundo, por exemplo, como é o Brasilianas, Estúdio Móvel.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Essa questão da produção chamou muito a atenção dos funcionários. Havia uma leitura de que se estava concentrando muito na produção própria, apenas no jornalismo. Então, pedi ao grupo que fizesse um levantamento mostrando o que significa isso na produção. É claro que é um levantamento que mostra uma realidade que se vive, que está muito presente aqui no Rio de Janeiro, que é esse processo de transição pesado e duro da ASSEFE para a EBC mas, o que temos é que a EBC, em 2007, o ano em que ela começa a ser implementada, tivemos 15 programas sendo produzidos de Variedades, 3 de jornalismo e 3 religiosos, de produção própria. Esse levantamento pode ter algumas variantes. E, agora, em 2013, esse número cai de 15 produções de Variedades para 6, o jornalismo sobe de 3 para 6 e os religiosos são mantidos em 3. Então, fica uma discussão do que significa isso, de fato, quando foi implantada a Diretriz que concentra mais no jornalismo? Qual o caminho que está sendo tomado dentro da empresa no que se refere à produção própria. Fica essa reflexão. A leitura que se tem é que há uma migração do Jornalismo para Brasília.

Na Diretriz 2, ainda, na Rede Nacional de Comunicação Pública ficou patente a todos os trabalhadores de que é uma das questões mais importantes a inclusão do aproveitamento de material da Rede Nacional de Comunicação Pública, um dos trabalhos mais importantes do que se propõe a EBC, que é a criação dessa Rede. A dúvida que fica é como se dá o controle social dentro deste tipo de produção na Rede Nacional de Comunicação Social, já que falar de comunicação pública dentro do Brasil, nos estados e municípios significa estar

falando de Redes que não são assim tão públicas. De emissoras que não têm uma gestão tão transparente. Então, qual é o cuidado que haverá para gestão desses recursos e para garantir a transparência e controle social. Enfim, para execução de qualquer coprodução que venha a ser feita junto a Rede Nacional de Comunicação Pública?

Diretriz 3, só para explicar, essa Diretriz 2, da Rede Nacional de Comunicação Púbica ela se repete na Diretriz 4 e volta essa questão do controle social. Qual a transparência que haverá dentro desses processos?

A Diretriz 3, o banco de projetos e o *pitching*. Sempre há dúvida do que de fato significa a implantação desse Banco de Projetos que, hoje não tem recursos. Então, fica a pergunta: haverá, de fato, recursos definidos para esse Banco de Projetos? Porque hoje ele já existe e o relato que se tem é que ele não acontece porque não tem dinheiro. Acolhe e não executa. Então, como fica essa definição e critérios de quanto entra de recursos para esse banco de projetos.

A outra questão, pensando nos *pitching* e nos projetos e é consoante com a discussão que tivemos no debate da manhã, que é essa questão das produtoras que aparecem em relação aos *pitchings* e que acho valem para todas as licitações públicas dentro do País. Se usarmos o MEC para pagar o PNL dele e olharmos todas as editoras que fornecessem estão todas concentrados na Abril, Ática, ou seja, 90% do volume de vendas dos Editais Públicos estão concentradas em poucas empresas. Então, a sugestão que é feita é que criemos uma linha de base de referência para saber, a partir de agora, antes da implementação, saibamos dos programas que são hoje produzidos por coprodução ou por *pitching,* qual a produtora, a modalidade de seleção e contratação dessa produtora e o custo desse contrato, custo por contrato, para criar uma base. Esses dados são compilados e daqui a algum tempo poderemos comparar se os *pitchings* e os

planos de projeto estão atendendo, concentrando ou desconcentrando.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Para facilitar, no Plano de Trabalho havia uma ficha de cada programa que tinha todas essas informações, no anexo do Plano de Trabalho. E lá tinha o custo do programa, como foi a modalidade da contratação, quem era o diretor do programa, todos os dados.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Esse material eu não tenho. Poderia receber e passar a todos.

Diretriz 7, que é a questão da WEB – a WEB pode e deve ser um importante vetor de informação. Um dos comentários é de que, de novo, a Diretriz coloca a WEB como uma muleta para todas as outras plataformas do que propriamente um veículo. A dúvida que fica é de como será o aproveitamento de uma WEB TV, de uma WEB rádio, de uma linguagem mais específica da WEB. O comentário é de hoje existe uma estrutura de portal onde se procura um vídeo individualmente com resumo e não se consegue acessar o conteúdo. Há uma ansiedade em relação a isso e a leitura que foi feita com relação a Diretriz 7 é que ela continuaria muito mais como um apoio do que um pensar sobre essa plataforma especificamente. Outra coisa que se repete e é muito constante é a discussão do Portal e da Agência Brasil e de uma possível sobreposição de atividadesl. Essa também foi uma questão reincidente e vale sabe como se resolve essa questão de um trabalho duplicado que eventualmente esteja acontecendo.

Diretriz 8 – O que significa o Comitê de Programação e Rede desenvolver uma análise detalhada do Prime Time e da faixa infantil.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Eliane, vou fazer uma proposta. Hoje, deliberamos sobre esse documento sem prejuízo de ouvir as contribuições dos funcionários e a Secretaria

Executiva repassaria então à Diretoria. Acho que lhe dei um encargo muito pesado – porta voz de todos os funcionários ... Consulto aos demais Conselheiros se ficaria bem assim. Deliberaríamos sobre esse documento sem prejuízo da contribuição dos funcionários. Sim, apoiado? Claro que você pode continuar apresentando, achei que ficou pesado, por isso fiz essa proposta.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Então, só para fechar essa leitura mais ampla. A gestão da programação e dos conteúdos deve ser pautada pelo planejamento integrado no jurídico. Essa foi muito bem vista e volta e bate numa outra questão que pega muito na área fim, que é o Jurídico e o Administrativo não estarem atendendo às demandas da área fim e estariam centradas numa lógica de Brasília. Esses são os pontos mais gerais. De qualquer forma é bem interessante o processo de abrir para os comentários.

Sra. Rosane Maria Bertotti (Conselheira) – Primeiro elogiar o processo de debate. Não pude participar porque estava me recuperando de uma cirurgia mas acompanhei o que pude pela internet.

Gostaria de esclarecimento sobre a questão do conteúdo regional. Pelo que entendi, foi aprovado 10% de conteúdo regional. Mas, esses 10% são baseados em que? Na lei que criou a EBC? Porque entendemos que seja mais do que 10%. E, qual é o mecanismo de controle, de mediação?

Sr. Daniel Aarão Reis Filho (Conselheiro) – Não tive oportunidade de participar do Seminário e parabenizo por esse esforço de formulação de parâmetros para que possamos acompanhar o trabalho da Empresa. Gostaria de fazer algumas observações. São quatro considerações.

Em primeiro lugar é a coisa da filosofia que nos rege, de cantarmos ser uma empresa alternativa. Não sei se está muito claro e se já

construímos dispositivos de controle disso. Não queremos competir com as demais e segundo as referências que as demais tenham, queremos entrar com uma perspectiva alternativa mas como é que auferimos isso. Já tivemos grandes discussões. A coisa do IBOPE que se arrasta. Como se aufere que estamos conseguindo elaborar alternativas? Não consegui ver isso com clareza no documento de Diretrizes. Penso que isso é muito importante, fixarmos para cada setor de trabalho de que maneira queremos formular uma linha alternativa, no jornalismo... Por exemplo, creio que a TV Brasil conseguiu no âmbito da programação infantil afirmar claramente um padrão alternativo. Pode-se fazer uma crítica aqui e ali mas é um padrão reconhecidamente alternativo, fugindo da violência, do consumismo. Tem um padrão alternativo que é reconhecido pelo público. Não estou seguro se nos âmbitos tenhamos conseguido avançar nesse sentido e, sobretudo não estou seguro de que tenhamos mecanismos de controle de auferição para saber exatamente se estamos avançando ou não nessa perspectiva. Esse é o ponto geral que quero insistir.

Um segundo, são os funcionários. Aqui foi, desde a discussão do Plano Estratégico, muito enfatizado essa coisa fundamental, mobilizar, organizar, ter institucionalizado um padrão de participação de controle, inclusive, porque assim os funcionários trabalham melhor, alcançam melhor resultados, etc.etc. Então, para mim, também, não ficou claro, nas Diretrizes, como isso funcionará, porque a formulação de princípios gerais é muito importante, são referências. Porém, temos que aterrissar mais, sentir concretamente como as coisas vão funcionar. Então, essa mobilização, essa definição, foi levantada numa discussão anterior de quei é a institucionalização da participação do controle, para ativar as pessoas que estão fazendo a sugerir, etc. etc.

Um terceiro aspecto que gostaria de levantar é a questão das nossas parcerias. Já a algum tempo, um pouco distante, me lembro de ter

visto aqui uma crítica muito serrada dos nossos parceiros, de que eles não estavam sendo mobilizados de acordo com o que esperavam. Falou-se até em promover uma audiência pública com todos esses parceiros para avançarmos nesse sentido. Então, queria esclarecer melhor esse assunto.

E, finalmente, um ponto que levanto sempre com o Mário é a coisa da América do Sul. Deve ser uma prioridade. E me pergunto se podemos estar satisfeitos com os níveis alcançados de intercâmbio e de veiculação desse intercâmbio. Esse programa dos presidentes africanos está tendo uma excelente repercussão, das entrevistas, etc., tem sido muito solicitado por professores de História da África. Existe uma lei, inclusive que, como muitas, não é aplicada, de fazer com que a História da África e da presença africana no Brasil seja ensinada desde o ensino primário. É uma lei que largamente não é aplicada e me pergunto até se os nossos veículos não deveriam servir como fator de agitação, no melhor sentido da palavra, dessa questão. Se há uma lei porque não é aplicada? Se temos condições de fazer estádios tão monumentais porque não temos condições de aplicar uma lei desse tipo. Temos que agitar essa questão. E, voltamos à questão da alternativa, a coisa de sermos capazes de levantar essas questões todas, sempre discutindo e agitando o ambiente do País. Gostaria, portanto, também, de deixar essa menção quanto à questão da América do Sul. Penso que vivemos um momento em que se avançou muito na integração da América do Sul mas me parece que nada está consolidado. Há muitas instabilidades no ar, se olharmos no horizonte elas até crescem. Acho que a EBC tinha um papel nesse sentido, ser articulado, discutir essa questão melhor. São essas quatro referências que queria levantar e que não põe em questão propriamente esse conjunto de Diretrizes mas me pergunto se não deveríamos, de alguma maneira, ver essas questões aparecerem nas Diretrizes que estamos formulando.

Sra. Rita de Cássia Freire Rosa (Conselheira) - Conselheiro Daniel gostei muito da sua fala. Tive o privilégio de estar presente nesse Seminário. Na verdade foi uma verdadeira imersão e uma convivência importante com a Empresa e participei também de algumas reuniões dos trabalhadores e nessas oportunidades o nível de contribuição e engajamento num projeto para Mídia Pública parece latente, parece que tem uma ansiedade tão grande dentro da Empresa de tocar esse projeto que, às vezes, me pergunto se essa energia está sendo devidamente canalizada. Não estou falando só dos espaços de gestão mas há uma energia nova, também, das pessoas que estão vindo concursadas e fiquei muito bem impressionada nas várias oportunidades.

Nesse Seminário, em especial, que foi uma verdadeira aula, me chamou atenção uma coisa que o Conselheiro Daniel está chamando de "edital alternativo" quanto ao custo-benefício. De que esse benefício esteja muito mensurado em função do retorno de recurso. Acho que alguns programas devem ser feitos para não ter retorno financeiro mas para ajudar a cumprir a Missão.

Há uma outra mensuração da Relevância, se ele fala com o publico prioritário do conteúdo. Acho que há algumas pistas para se tentar avançar de fato na questão do que se pode transformar a programação da EBC em alternativa mas eu concordo que é importante fazer esse exercício e apontar caminhos porque se não corremos o risco de discutir como referência um modelo externo, um modelo que não está sendo buscado aqui. O que estamos buscando é um modelo alternativo.

Senti-me muito contemplada por algumas coisas que não estavam no documento que foi distribuído mas que foram apresentadas aqui no Plano de Trabalho para 2014, que é "a criação de Normas e Políticas".

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Rita, vamos fechar essas questão agora e, após o intervalo é que vamos nos concentrar no Planejamento Estratégico.

Sra. Rita de Cássia Freire Rosa (Conselheira) – Essas foram apresentadas agora com as Diretrizes e são alguns pontos levantados, que é trabalhar a compra de produções independentes a partir de normas e políticas preestabelecidas e em seguida veio a faixa experimental de produtos inovadores. Acho que essa proposta de norma e política deve ser clareada e apropriada pelo Conselho, pela Sociedade para todas essas faixas porque, hoje, há uma dificuldade grande de entender como se participa da produção da EBC, como se participa não só fazendo mas dialogando com o que a EBC poderia estar fazendo.

Quero propor que esse exercício que está sendo feito de definir e publicar e estabelecer uma norma que ele avance para todas as possibilidades de parcerias da EBC e que essas parcerias avancem também para quem vai fazer alguma coisa, para que a sociedade venha ser parceira nas ideias e que se estabeleçam critérios para que essas ideias cheguem. Esse Banco de Projetos também precisa definir o que é colaborativo, o que é banco de projetos. Buscar mais à medida que as propostas da sociedade forem chegando à EBC, porque precisa estabelecer se isso será viabilizado de alguma forma. A Eliana falou de recursos, se temos recursos mas, precisamos saber que recursos e para que quando se apresenta um projeto.

Acho que esses mecanismos de participação, tiverem amplo conhecimento vamos criar oportunidades de dialogo maior com os diversos segmentos da sociedade que estão interessados nisso mas que querem ser copartícipes da produção e não só dizer o que quer ver na TV.

Com relação ao jornalismo internacional e parcerias e como se relacionar com as agências da América do Sul, da América Latina e internacionalmente também esses critérios poderiam ser estabelecidos para que se possa discutir internacionalmente em vários cenários, inclusive do Fórum Social Mundial onde vários veículos que são mais alternativos se aproximam. Acho que devíamos estar conversando com esses veículos e sei que a EBC já está começando a avançar nesse diálogo. Então, saber que critérios são esses para que esse diálogo possa ser conhecido pela Sociedade Civil Internacional.

Sr. Mauro Augusto Jakobskind (Conselheiro) – Gostaria de fazer uma colocação com relação à América do Sul. Foi feito recentemente uma série de entrevistas com presidentes e não deram andamento a esse tipo de programa. Seria importante para o público. Porque não a continuidade disso. Por quê não houve a continuidade? Entrevistas com os Presidentes da Venezuela, Uruguai, Bolívia e depois parou.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – A TV transmitiu um conteúdo produzido, salvo engano, pela Argentina que eram especiais sobre presidentes da América Latina.

Sr. Mauro Augusto Jakobskind (Conselheiro) – E qual a continuidade disso? Uma outra questão é com relação ao "Roda Viva".

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Depois darão notícias, não é Nelson?

Sr. Eduardo Augusto, tenho um esclarecimento. Na Diretriz 1, pelo que me lembro, durante o Seminário os critérios e parâmetros foram os seguintes: a Missão, a Relevância, Visibilidade e Custo Benefício. E, aqui, aparece um quinto: que é Convergência com outros meios de plataformas.

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – O documento que a Sra. tem em mão não é o mesmo que o meu. O meu já está corrigido.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Já está corrigido. Eu acho que essas Diretrizes são para discussão sobre a inclusão ou permanência. Se formos botar Critérios de Convergência nos que já estão ...

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Aqui na versão final não está mais Custo benefício porque essa expressão enseja uma compreensão diferente do que queremos. Então, ficará Custo em Potencial de Captação.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Evidentemente que a convergência, daqui para a frente, é um balizador mas os que estão no ar sairiam todos.

Outras duas considerações: Diretriz 9 – Naquele Seminário falei sobre a necessidade de especificar quais são as Diretrizes para o Jornalismo e Programação Infantil e vejo aqui que na Diretriz 9 não tem nada especificado exatamente, só fala do tripé estratégico baseado em Programação Infantil, Jornalismo e Informação com Credibilidade e Entretenimento. Então, gostaria de sugerir que fosse mais especificado quais são as diretrizes para programação infantil, para o Jornalismo. É uma sugestão.

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Então, estamos com versões diferentes desse documento. Faz sentido deixar mais claro, sim.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – E, por último, o nosso velho assunto recorrente, os Indicadores, os Medidores. Acho que eles passam transversalmente mas acho que devia ser uma Diretriz. Minha sugestão. Toda vez que o Conselheiro fala esse assunto volta e aqui no documento não vejo. Os Srs. falam

aqui no documento nos Indicadores, nos Medidores de Audiência de uma maneira transversal, só.

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Falamos tanto em Relevância quanto em Visibilidade, especificamente em Visibilidade mas está presente nos dois mas se desejar que fique mais claro podemos redigir de maneira específica.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Sugiro que seja uma Diretriz, não sei qual o número nem onde, mas que fique mais claro porque é uma preocupação constante do Conselho. Os Srs. ouvem essa observação em todas as reuniões.

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Não sei se elaborarmos uma versão para essa Diretriz chegaríamos ao resultado que o Conselho espera. Como podemos fazer na prática?

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Podemos sugerir uma redação. O Conselheiro Daniel como todos os outros é muito preocupado com essa questão e fala em todas as reuniões sobre isso. Podemos redigir uma Diretriz e sugerir à Diretoria para ser incluída nesse documento. Podemos Sr. Conselheiro (Eduardo Aarão)?

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Pode ser assim, então.

Sr. Daniel Aarão Reis Filho (Conselheiro) – Eu definiria como Diretriz largar o IBOPE pelos próximos dois meses. Essa é uma posição que defendo a anos. E preferir outros dispositivos de controle e auferição. Aqui foram sugeridos e debatidos alguns. Mesmo que não tenhamos outros dispositivos de auferição tão genéricos como quer ser e não consegue, para os nossos objetivos, o IBOPE. Pode ser para determinados programas, para determinadas linhas um dispositivo de controle e de auferição para o nosso público e sabermos se estamos sendo bem recebidos, se temos conseguido ampliar nossos públicos.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Se me permite uma sugestão. Aliás, acho que a Regina pode sugerir melhor que eu, que é a questão do Comitê de Usuários. Acho que a partir da criação do Comitê de Usuários pode-se estabelecer um critério.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Acho, de qualquer maneira, que temos que prever a criação ou identificação de outros mecanismos de auferição, nesse documento, senão fica para depois.

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – havia uma pretensão de que isso estivesse aqui em Visibilidade, mas, se não está claro, acho que temos que melhorar essa redação.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Acho que tem que prever a identificação de outros mecanismos de auferição.

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Aqui são outros dados, porque elencamos uma série de dados que são de "audiência" mas que não são a "corrida de cavalo" , que é posição na grade. Quando se fala em posição na grade é: que tipo de audiência se recebe; qual o perfil que você recebe?

Sr. Daniel Aarão Reis Filho (Conselheiro) – Mas, o IBOPE não é a "corrida de cavalo"? Por quê continuamos no IBOPE?

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Já expliquei isso algumas vezes e vou tentar, mais uma vez, deixar mais evidente. O IBOPE não dá só "corrida de cavalo", o IBOPE nos dá, por exemplo, um gráfico, que temos que construir e o nosso Departamento de Pesquisa constrói. Começa o programa tal, qual o público que está assistindo na praça tal, na praça tal, dados tais como, se é homem, mulher, criança; faixa de renda. O IBOPE dá todas essas informações que ninguém mais dá. Se deixo de assinar o IBOPE não recebo esse tipo de informação.

Outro tipo de informação. Quando termina um programa e começa outro – o que chamamos de migração de audiência. Para onde vai esse público? Por exemplo, terminou a novela, a audiência diminui da emissora A, para onde vai esse público? Uma parte vai dormir, outra vai para a TV a cabo, outra parte vai jogar videogame, outra parte vai para outro programa. Essa medição só o IBOPE nos dá.

Outro dado que só o IBOPE nos dá é o que chamamos de "estoque de audiência", ou seja, quem está assistindo televisão naquele momento? É o púbico tal, é mais masculino, é mais feminino. E faremos uso dessa informação da maneira que achar melhor, inclusive ignorar.

Sra. Rosane Maria Bertotti (Conselheira) – Como é que o IBOPE pode dizer que quem está do outro lado é um homem ou uma mulher?

Sr. Daniel Aarão Reis Filho (Conselheiro) – Há condições de vocês nos apresentarem estudos que foram construídos com base nesses índices do IBOPE e que levaram a mudanças na nossa programação?

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Ainda não temos porque nunca usamos. Estamos construindo o Departamento de Pesquisa para isso. Estamos ao longo de todo esse ano juntando dados porque é preciso ter um estoque, é preciso ter um banco de dados e por isso aumentamos o número de pastas, inclusive. Gostaríamos de ter as quinze que o IBOPE faz mas não temos recurso para isso, senão não teremos dinheiro para fazer nenhuma outra espécie de pesquisa. Então, usamos as três praças que temos com emissoras abertas e que tem IBOPE diário. Não usamos São Luis do Maranhão porque o IBOPE não faz pesquisa diária. E, mais praças para fazer o mapa do Brasil. Nesse momento, não incluímos nenhuma do Norte.

Sra. Presidente (Ana Luiza Fleck Saibro) – Ok, ficamos com o IBOPE e o que mais?

Eduardo Castro (Diretor Geral) – Esse "que mais" é o que estamos colocando aqui. Então, se não ficou claro precisamos explicitar. Todas as pesquisas que o Governo faz da CEPEM, por exemplo, são pesquisas referentes a público de comunicação social como um todo. Todos esses dados ficam à disposição.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Acho que o Conselho ficaria mais satisfeito se especificassem mais esses dados.

Eduardo Castro (Diretor Geral) – Faremos isso.

Sra. Rita de Cássia Freire Rosa (Conselheira) – Parece que há uma cláusula de sigilo no contrato do IBOPE que queríamos conhecer. Que cláusula é essa?

Eduardo Castro (Diretor Geral) – Há um certo mito em relação a essa cláusula de sigilo. O sigilo do IBOPE é um produto que eles vendem e que se todos tiverem acesso, eles não venderão mais. Essa é a cláusula de sigilo, o que não quer dizer que não possamos dividir essas informações internamente. Essa é a preservação de dados que o IBOPE quer que se faça.

Sr. João Jorge Santos Rodrigues (Conselheiro) – Em resumo, o senhor nos informa que o objetivo do IBOPE é vender produtos para determinados segmentos, em determinadas horas e momentos.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Vou passar a palavra aos Diretores e Gerentes para responderem às perguntas dos Conselheiros.

Sr. Alberto Adler – (Gerente de Pesquisas) – A Sra. Presidente do Conselho já me cobrou a oportunidade de mostrar alguns estudos, o uso que se faz na prática com as informações do IBOPE.

O IBOPE apresenta uma métrica. Podemos usar essa métrica para vários fins. O uso que eles fazem da métrica é para venda de espaço

publicitário. Informam que têm tal audiência e querem nos vender essa informação. Esse é o uso mais comum e é feito há mais de quarenta anos e é o que todos nós conhecemos.

No entanto, como o Eduardo falou, estamos planejando estudos de cada um dos programas da Casa, nas três praças para sabermos o quanto ele recebe de audiência, acompanhando minuto a minuto da audiência e o que ele entrega para o programa seguinte, a escalada de audiência. Assim, ficaremos sabendo se determinado programa mantém a audiência ou se ele sofre uma fuga de audiência. Essas informações nos ajudarão a saber se conseguimos cumprir a nossa Missão ou afasta o público de nós.

Queremos atingir determinado público, colocamos o programa na grade, mas não sabemos se ele está alcançando o nosso objetivo ou se estamos atingindo um público diferente do desejado ou se não estamos atingindo ninguém. Há algum tempo usamos alguns dados para tomar uma decisão sobre horário de jornalismo, um estudo prático de histórico e perfil de audiência e foi tomada a decisão sobre a grade do jornalismo a partir de um estudo feito com dados do IBOPE.

Costumo conversar com a minha equipe exemplificando essa questão dizendo: temos uma água quente se a estamos medindo em Fahrenheit ou em Celsius, a temperatura dela é a mesma, só muda a referência. Então, daqui a um ano a GRK vai estar no mercado e talvez seja uma grande oportunidade de termos uma nova mentalidade mas vai continuar sendo uma métrica de audiência. As métricas de audiências nos dão dados para tomada de decisão. Não é que queiramos apenas saber se no local em que estamos há “corrida de cavalos” propriamente dito mas como isso está nos ajudando a atingir nossos objetivos e que mudanças, que estratégias podemos

fazer, tomando como base para a decisão, além de outros dados, esses dados de audiência.

Então, é somente isso, uma métrica, a que está disponível, é o modo de mensurar disponível. Mas, não fazemos o mesmo uso do mercado. Proponho-me a fazer uma apresentação aos senhores de alguns estudos práticos para que isso deixe de ser um assunto nebuloso e se torne mais visível, mais transparente.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Vamos incluir esse assunto na próxima reunião de novembro.

Sra. Regina Lima (Ouvidoria Geral) – Essa proposta que o Adler está colocando é importante porque já vimos no Programa da Ouvidoria pedindo como é o comportamento do Programa porque como recebemos a informação do IBOPE, há semanas que o Programa da Ouvidora tem uma audiência boa, tem semanas que não e queríamos fazer um estudo para sabermos o que acrescentar no Programa para aumentar essa audiência, porque não temos parâmetros. Então, o que queremos é saber qual o uso que fazemos dessas informações do IBOPE, efetivamente, a favor daquilo que chamamos de "estratégia", porque essa estratégia irá definir uma série de coisa. No Comitê do Usuário, o Nelson chegou a comentar na Audiência Pública, essa é uma coisa que está prevista na Norma da Ouvidoria. Chequei que é uma ação do Conselho Curador. Acho que pode ser uma peça dentro desse processo, acho que com essa metodologia chegaremos a medir que público é esse, como ele está recebendo, será um cruzamento de dados, inclusive o material que recebermos da Ouvidoria poderá ser um desses elementos para esse cruzamento, porque o que temos é aquele telespectador ativo, aquele que assiste o programa, que elogia e temos parâmetros para entender quem é esse público que está reclamando e por consequência, qual é o público que está nos vendo, também, de uma

forma ativa. Então, tem que ser um mecanismo que possamos juntar e o Comitê de Usuário tem que estudar como podemos implantar isso porque não só nos dará parâmetros mas poderá ser o Comitê que irá nos posicionar na medida em que ele vai acompanhar essa programação em determinada localidade.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Aonde o IBOPE não mede.

Sra. Regina Lima (Ouvidoria Geral) – Exatamente, aonde o IBOPE não mede, principalmente. Acho que isso está na Norma da Ouvidoria, chegamos a um tempo atrás conversar sobre isso no Conselho Curador. Acho que é importante que a Ouvidoria como uma das parceiras esteja dentro desse processo de implantação no Conselho Curador.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Antes mesmo da Reunião da Diretoria para aprovar essas Diretrizes, tive conversas com o Eduardo e estou me lembrando do Orígenes Lessa. O Eduardo é o "sonho" e eu sou o "feijão" (O Feijão e o Sonho, de Orígenes Lessa) em que temos que conciliar aquilo que são as ambições, aquilo que é a Missão e aquilo que podemos realizar com os recursos que temos para realizar o sonho...

Sra. Regina Lima (Ouvidoria Geral) – O Sr. não estava presente pela manhã mas o Professor Murilo arranjou verba para nós. Não tem mais problema...

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Esse conteúdo, na melhor das hipóteses, é para o final do ano que vem se conseguirmos cumprir tudo direitinho até lá.

A outra esperança que tínhamos de conseguir um recurso adicional era com a contribuição e até desistência de uma das Companhias Telefônicas daquilo que ela já recolheu em Juízo, no entanto, tivemos,

para nossa surpresa, um outro ente governamental entrando com recurso para que nós não recebamos e ainda nos impediu de receber os recursos. Portanto, esse é o recurso que não vamos receber este ano em função do Recurso desse outro ente da Administração Pública.

Por isso que essas Diretrizes são importantes para entendermos que estamos num processo, principalmente, na virada deste ano para o ano que vem, mais difícil que nos anos anteriores. Para o ano que vem o nosso orçamento de pessoal cresce mais de 20%. Estamos saindo de uma autorização de custo de pessoal de R$ 210 milhões, o que equivale a quase a metade de todo nosso orçamento para o ano para um custo de R$ 268 milhões, de pessoal, sem falar em benefícios. Estou falando em pessoal e encargos ao longo do ano que vem. Esse aumento no custo de pessoal não se refletiu em aumento do nosso orçamento, continuamos com o mesmo orçamento. Significa que ficamos pressionados no custeio e que estamos absorvendo o contrato de custeio da ASSERPE nesse processo de transição e, também, o custo de aumento de pessoal se reflete no processo de absorção da ASSERPE. Então, não podemos gastar mais. Estamos comprometidos com toda a manutenção da infraestrutura e das coisas que fizemos este ano. Aquelas que não fizemos por falta de recurso vamos continuar não podendo fazer ano que vem. Então, é substituição das coisas. Se o cenário for o pior e temos que trabalhar com o cenário pior, para o ano que vem não podemos fazer mais coisas. Tanto que eu disse ao Eduardo para não colocar nada que implique em aumento de pessoal nem em aumento de custo porque não temos como fazer. E, pior, investimento, nem pensar, porque o nosso investimento que já foi quase um terço do nosso orçamento, caiu, para o ano que vem, para 3%.

Uma empresa em que o custo de pessoal cresce e, os investimento caem, sabemos muito bem qual é o seu futuro. Chama-se:

sucateamento. Como já aconteceu no passado com outras empresas públicas.

Evidente que estamos trabalhando, mesmo com a questão da TIM para este ano se tornar uma incógnita em função desse Recurso desse outro ente público, estamos trabalhando para no ano que vem conseguirmos uma Emenda de Receita no valor do total da contribuição se ela fosse recolhida o ano que vem, porque acreditamos, no mínimo, a TIM, já temos informação de que eles vão recolher o recurso da contribuição e a parte deles equivale a mais ou menos ¼ do total do recolhimento do setor. A ANATEL tem uma determinada parte que eles ao receberem vai para o FISTEL, ao contrário da nossa, porque a nossa contribuição não compõe o FISTEL, é uma contribuição a parte. Foi tirado o recurso do FISTEL para contemplar a nossa contribuição e a CONDECINE. Essa parte que foi tirada do FISTEL é a que está em litígio, portanto, se ela for depositada, é um recurso que só a EBC, por enquanto, poderá gastar 97,5% dos recursos da ANATEL, enquanto não tiver uma regulamentação, porque os outros 2,5% ainda estão para serem regulamentados com os outros entes públicos e os 97,5% viriam para a EBC.

Para o ao que vem estamos "brigando", estamos com uma Emenda de Receita e já conversamos com o Relator de Receita que se dispõe acolhê-la e, depois, vamos "brigar" pela Emenda de Despesas, porquê tal como conversei com o Secretário do Tesouro, quinze dias atrás, ele nos disse: "uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa". Fui lá para pedir que ele não inviabilizasse a nossa Emenda de Receita. E, certamente, ele não vai porque ele precisa de mais receita e gostaria de ampliar a receita disponível.

Quanto à Despesa é um segundo momento em que vamos discutir pois aprovaram a nossa Emenda de Receita, porque ela não constava

na Previsão Orçamentária para o ano que vem. Vamos tentar, também, com uma Emenda de Despesa, ampliar os nossos recursos, sabendo que mesmo ampliando os nossos recursos estamos sujeitos à limitação do Contingenciamento porque o Tesouro e o Ministério do Planejamento podem reduzir o nosso limite orçamentário. O que significa gastar menos do que efetivamente teria condições.

Este é o cenário que temos e que precisamos pensar. Nosso grande problema é o patamar orçamentário que temos hoje. Precisamos ampliar o patamar orçamento porque senão não vamos vencer os nossos desafios, não vamos cumprir as metas previstas no PDTA, não cumprir as metas previstas no nosso Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação.

Portanto, tendo em vista a restrição orçamentária temos que escolher o que deixamos de fazer. A prioridade não é só em relação ao jornalismo mas a tudo que se faz ao vivo. Aquilo que se faz ao vivo não podemos delegar a outrem porque a dificuldade que temos de fazer com que esse material, antes de ir ao ar, passe pelo crivo da Empresa para saber se ele cumpre os princípios, os objetivos previstos na nossa Lei, a Missão que temos e a nossa finalidade de contribuir para a formação crítica das pessoas. Então, a prioridade é que ou os programas ao vivo e, normalmente, os programas jornalísticos são ao vivo, esses programas tenham prioridade em relação à produção própria. E, aquilo que pudermos fazer, principalmente porque hoje tem o Fundo Setorial Audiovisual onde não dispendo o meu recurso. Estamos negociando para que haja um outro que dispenda e ele só dispende esse recurso se for para produção independente, é bem claro. Esse recurso não vem para a EBC, não passa dentro do orçamento da EBC, vai direto para a produção independente regional; regionalizado igualitariamente, inclusive, para as TVs universitárias e comunitárias.

Então, a melhor forma que temos, enquanto não alcançamos o patamar que consideramos adequado no nosso próprio orçamento, executarmos o orçamento dos outros para termos esse conteúdo independente na nossa programação.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – A única preocupação do Conselho, Nelson, sabemos dessas dificuldades, evidentemente, é que adotem-se prioridades. Compromisso de prioridades na área fim e não na área meio. Essa é a nossa preocupação.

Sra. Sueli Navarro (Conselheira) – Boa tarde, a todos. Prometi que não ia falar mas serei bastante breve.

Fui bastante dura com a Regina, a forma como estamos apresentando os nossos trabalhos. Não há condição. Perdendo um tempo desse que perdemos. Desculpe falar, Eduardo, é muito tempo e não tivemos tempo de discutir. Outra coisa, perdermos muito tempo falando de orçamento. Nosso assunto não é orçamento. Não estamos aqui para discutir orçamento. Estamos para discutir a qualidade da programação e perdemos tempo demais, perdemos a tarde. Desculpe, Presidente. A Sra. falou isso, senti a sua angústia. É lamentável, perdemos uma tarde inteira, as pessoas vêm de longe. Temos que começar a ser mais objetivos e partir para a discussão.

Essa questão da pesquisa é discutida aqui em todas as ocasiões. Tem que trazer formas, outras formas, alternativas claras. Toda vez se defende o IBOPE. Desculpe.

A Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Vamos cobrar para a próxima reunião de novembro apresentação do Adler e propostas concretas.

Não acho que tenha sido uma tarde perdida, Sueli. Gostaria de saber, agora, quando este documento que foi apresentado, que foi lido pelos

Conselheiros, ao qual foram feitas considerações será posto em prática?

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Tão logo o Conselho Curador aprove.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Então, vamos votar, sem prejuízo das contribuições dos funcionários. Todos concordam?

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Como funcionaria essa votação? Votamos, agora e, depois, como insere? Insere e vota de novo?

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Temos essa prática, é uma relação de confiança entre os Conselheiros e a Secretaria Executiva. No momento em que recolhem as sugestões, incorporam e passam para a Diretoria. É uma relação de confiança, já fizemos isso outras vezes, nunca tivemos problemas.

Sr. João Jorge Santos Rodrigues (Conselheiro) – Estou preocupado com a sequência de itens. Alguns dos assuntos do Item VI já foram discutidos aqui. É preciso juntar as informações do Conselho com as informações da EBC e, talvez, encontrar uma forma otimizar tudo isso.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Vamos fazer um intervalo de 10 minutos e refazemos pauta no decorrer das discussões.

Sr. Takashi Tome (Conselheiro) – Gostaria de aproveitar que estamos no Centro Cultural da EBC, com um acervo histórico muito importante e doar alguns livros. Gostaria de comentar sobre dois deles. Título...? Livro sobre efeitos especiais, há alguns *cases* de Michael Jackson, etc. Há algumas técnicas que são comentadas, algumas, até, conhecidas de todos os estudantes. Alguns conhecia

mas outros não, como por exemplo, como foi feita a captura do movimento para montar o videoclipe do Michael Jackson. Muito interessante.

Sobre esse outro livro gostaria de comentar um pouco mais. Título: ??? (Os Três Patinhos Cegos). Ele conta a derrocada das três grandes emissoras de televisão norte-americana, ABC, IBC e CBS, ocorrida na década de 80. Conta a lenda que quando este livro foi lançado, Roberto Marinho mandou comprar um lote de exemplares e deu um exemplar para cada um dos seus diretores.

Fica essa pequena contribuição.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Quero submeter à aprovação o documento: Diretrizes de Conteúdos: análise do documento resultado do Seminário de Conteúdo e Diretrizes da EBC. Está aprovado o documento sobre Diretrizes e Conteúdos apresentado pela Diretoria, sem prejuízo das contribuições já feitas pelos Conselheiro e as dos funcionários.

O Conselheiro Paulo Ramos Derengoski e Daniel Aarão Reis Filho se abstiveram de votar sem declinar os seus motivos.

Sra. Rosane Maria Bertotti (Conselheira) – Assim como Takashi devo me retirar por causa do horário do voo e ouvi você falar sobre uma reunião extraordinária a ser marcada, sugeriria que encaminhasse como nosso primeiro ponto, agora, para podermos nos retirar.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Sugeri uma reunião extraordinária no dia 20 de novembro, em Brasília. Ajudem-me com outra data, sendo que a nossa última reunião do ano será no dia 11 de dezembro.

Todos de acordo, nossa reunião extraordinária será no dia 13 de novembro, em Brasília.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Eu, também, tenho problemas com voo e gostaria de me antecipar, Sra. Presidente.

Ontem, a Isabela, representante dos funcionários me perguntou sobre a adesão da EBC ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas das Mulheres. Fui me informar e, realmente, essa 5ª Edição desse Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça a EBC aderiu e vamos entrar no processo para sermos incluídos no Programa. Apenas uma informação.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Consulto os Srs. Conselheiros para o seguinte: recebemos o Relatório Gerencial da EBC, do 1º Semestre. É um documento que cobramos várias vezes, acordou que seria apresentado ao Conselho. Porém, consulto aos Conselheiros se ainda temos clima para analisar esse Relatório, hoje, ou fazemos o seguinte: já que acordamos uma reunião para o dia 13 de novembro que pudéssemos analisar esse Relatório naquela reunião. Todos de acordo, então.

Sr. João Jorge Santos Rodrigues (Conselheiro) – É prudente, também, Sra. Presidente, que na próxima reunião tenhamos uma nova metodologia para todos esses assuntos. Estou extremamente preocupado de como temos conduzido esses itens, porque o Conselho dá Informes, Ouvidoria. É muito importante a estrutura da Empresa mas, também, é muito importante a discussão do conteúdo, a discussão das coisas que têm que acontecer com o que já temos.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Concordo com o senhor. Não considero essa reunião perdida, muito pelo contrário. Aprovamos um Documento com Diretrizes. Acordamos, concordamos com o Diretor Geral que, a partir de agora, a grade será estudada com base nessas Diretrizes. Foi um processo longo, penoso, cansativo, às vezes, mas a partir de agora tenho certeza de que as coisas serão mais objetivas.

Sra. Sueli Navarro Garcia (Conselheira) – Peço desculpas, entendendo, também, que não perdermos a tarde. No café, a Regina deu uma ideia interessante, porque os assuntos estão pesados, são vários assuntos juntos. Talvez, tenhamos que dividir a pauta, repensar a forma da construção da nossa pauta. A construção da nossa pauta está pesada.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Flack Saibro) – Eu já tinha sugerido que fizéssemos reuniões o dia inteiro. Talvez, possamos fazer assim em Novembro, para esgotar a pauta.

Vou pedir a Secretaria para fazer essa consulta por e-mail e se todos concordarem, no dia 13 de novembro realizaremos a reunião o dia inteiro.

Sra. Regina Lima (Ouvidoria Geral) – Anotei uns pontos e até mandei para o Conselho Curador os destaques do Relatório que era para facilitar sobre o que os telespectadores, os ouvintes, os leitores estão colocando. Tanto que se observarem o Relatório conseguimos colocar o que chamamos "Pontos Positivos", o que é interesse até porque sempre houve uma cobrança nesse sentido de que não era só crítica. E, alguns problemas que foram levantados por esses demandantes. Antes de discutir alguns pontos que desejem, quero levantar algumas questões porque a Ouvidoria tem alguns problemas que são: a maneira como alguns setores respondem para a Ouvidoria. Já tive oportunidade de me manifestar porque a maneira como respondem parece que é para a Ouvidoria e não para o demandante. Outro problema, foi a pergunta que me fez o Ricardo, se não poderia responder diretamente ao demandante. Podemos até pensar numa forma de fazer isso. Agora, como determinados setores como respondem, se mandarmos diretamente para o demandante vamos ter que, permanentemente, administrar conflitos.

O que a Ouvidoria tem feito é mandar para o setor, ele responde e, dependendo da resposta a Ouvidoria até sugere um texto. Brincando, digo que o demandante não deveria mas pode ser mal educado, deselegante mas nós não podemos fazer da mesma forma. Estou tentando marcar uma reunião com os setores, porque não interessa para a Ouvidoria o trânsito interno dentro do setor, não precisa copiar à Ouvidoria. Apenas interessa chegar à Ouvidoria a resposta que será encaminhada para o demandante. O procedimento que foi feito dentro dos setores, de fato, não me interessa. Só o posicionamento da empresa é que interessa, opiniões particulares não interessa para o demandante.

Outra coisa, são os problemas que temos com o Programa da Ouvidoria. Temos grande dificuldade de colocar no ar, o Rogério sabe disso, sabe das dificuldade que estamos enfrentando. Gostaria de ter solução para esse problema porque não podemos, toda semana, fazer um programa nas dificuldades que temos. E, fazemos pelo compromisso que temos com a Empresa. Às vezes, chega a ser um sofrimento colocar o programa no ar. E, pelo que pude observar pelo IBOPE e pelo chega para nós, ele é um programa que tem tido uma audiência razoável e podemos trabalhar melhor mas temos que ter condições. Só para citar um exemplo: há mais ou menos três semanas atrás pintaram o "cromaqui" do programa que era verde, pintaram de azul. Ninguém consultou, quando fomos gravar começou a dar problemas de definição.

Sempre procurei administrar essas questões internamente mas vai chegando num estágio que não se consegue administrar. Então, acho que temos que estudar soluções. Quando entrei, a cobrança permanente era de se colocar esse programa no ar.

E, por último, deixo claro que tudo que colocamos no relatório, quase 99,9% são demandas que vêm de fora, gostemos ou não. Há

questões na Ouvidoria que são recorrentes e que tem tudo a ver com o que estamos discutindo aqui. Só para falar do Processo de Produção do Conteúdo, sabemos que temos um problema sério de sinal. E, essa questão vai e volta na Ouvidoria o tempo todo e o que acontece é que damos uma resposta padrão. Às vezes, o conteúdo é excelente mas o telespectador não consegue uma boa imagem para assistir e desiste. Ainda mais com o número de ofertas de canais que existe.

Os senhores têm uma amostragem que chega via Ouvidoria que considero relevante e tenho discutido com o pessoal do Jornalismo pensando numa maneira de solucionar essas questões. A Ouvidoria não quer ser um problema para o senhores, queremos ajudar na resolução dos problemas. E só vamos conseguir conversando.

Slides do Relatório que todos receberam com explanação.

Vou passar rápido porque todos receberam esses pontos que destaquei do Relatório.

Em Pontos Positivos, com relação à Agência Brasil. Tem me chamado a atenção na Agência Brasil a capacidade de, primeiro, reconhecimento do erro e, principalmente, quando essa demanda chega através da Ouvidoria, essa correção é feita quase que imediatamente.

A Reprodução de Conteúdos da Agência tem recebido muita manifestação, pessoas pedindo e não só jornalistas ou jornal, são, às vezes, algumas instituições que querem usar esse material para efeito didático. Esse considero um dado importante. Brinco, por vezes, dizendo que a Agência Brasil não é um veículo ela é uma distribuidora de conteúdo. O público dela é diferenciado.

Das Emissoras de Rádio é importante o volume que se tem recebido da Rádio Nacional da Amazônia, inclusive carta, desse serviço de utilidade pública. Para os grandes centros, talvez, não represente

muito mas para quem é do Pará, Amazonas, esse serviço que a Rádio Nacional da Amazônia vem prestando e não é de hoje, é muito importante e quanto mais investir melhor. Na audiência de Marabá uma série de pessoas vieram de outros municípios do Pará só para falar com a Beth Begoni, porque ouviam a voz dela mas não a conheciam. Brinquei com ela dizendo que ela era uma *popstar.* Esses serviços prestados considero muito importantes, muito relevantes e, portanto, muito importante investir nisso.

Do Portal. Essa disponibilização de *streaming* e de eventos realizados pela Empresa. Temos recebido bastante pedidos de autorização para disponibilizar áudios e, principalmente como, hoje, a Empresa se comporta diante dos eventos que ela produz, liberando para que as pessoas tenham acesso através da internet. Sabemos que essa não é uma atitude muito comum em todas as empresas. E, nos tem chegado de forma elogiosa e achei importante trazer aqui.

Aqui vem aquela parte dos problemas apontados pelos cidadãos. A Nereide depois que leu o Relatório me colocou uma questão e estava tentando resolver para ler aqui mas acho que temos que solucionar depois. Ela identificou um erro no Relatório, vamos fazer a correção antes de postar na página da Ouvidoria e, acho que essa observação só reforça a importância da leitura por cada um dos senhores. Não temos nenhum problema em fazer correções, aceitar sugestões sobre as nossas avaliações.

Esses foram os pontos apontados pelos demandantes em relação á TV Brasil. Algumas demandas da linha editorial; erro de informação durante a transmissão dos jogos da Série C, acho que os senhores receberam – do apresentador – informação errada da região do qual o time estava participando do campeonato e, uma coisa que é recorrente que é uma reclamação sobre o Programa Roda Viva.

Problemas relacionados ao sinal. Acho que discutir Conteúdo passa, também, por resolvermos essa qualidade do sinal. Essa reclamação é recorrente na Ouvidoria, tem meses que ela diminui, tem meses que ela aumenta. Tem casos, por exemplo, de Goitacazes onde tem uma pessoa- Paulo Henrique, que acompanha o sinal para nós e que fez, inclusive, uma pesquisa na localidade porque como ele não recebia bem o sinal julgou ser um problema só dele, fez uma pesquisa com as outras ruas para saber se acontecia a mesma coisa. E, tem um dado interessante: porque quando chegou essa informação ao pessoal da técnica o sinal melhorou e ele escreveu elogiando. Mas, acontece que estamos, de novo, com o mesmo problema. Ele reclama permanentemente para a Ouvidoria, ele acompanha a TV Brasil e esse é um dado importante, ele gosta da TV e se preocupa com essa televisão.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Gostaria de elogiar o fato de as respostas que estamos dando "desceram do salto alto" e essa resposta dada ao Paulo Henrique, dizendo que agradecíamos muito o que ele fez, que íamos verificar e acabou resolvendo a situação. É aquilo pelo que trabalhamos há muito tempo para acontecer. E esse serviço pedagógico que a Regina tem feito tem ajudado muito a conseguirmos entender o ouvinte, a respeitar o telespectador e o nosso ouvinte.

Sra. Regina Lima (Ouvidoria Geral) – Há pouco comentava que temos reclamações que são consistentes e há reclamações, como por exemplo, uma pessoa que foi à Ouvidoria, passou toda a manhã comigo e a reclamação dela era que ele, ouvindo o rádio de madrugada, tinha contato quantos "né" o locutor falou e era uma coisa que incomodava a ele. Não posso dizer que perdi uma manhã com esse ouvinte mas ele saiu satisfeito, não sei se resolveu o problema de fato mas em compensação ele se sentiu bem atendido e acho que esse é o trabalho, também.

No caso do sinal acho que é importante vermos isso porque já fiz gestão de uma emissora e sei que podemos produzir o melhor conteúdo do mundo, se esse conteúdo não tiver uma imagem que ele possa acessar – casos como esse do senhor de Goitacazes são raros, que fica insistindo, porque, naturalmente a pessoa troca de canal. É importante que vejamos isso. Não sei como está essa questão do sinal, que é uma questão a ser colocado pois é uma demanda recorrente.

Mudanças no horário da grade – Esse é outro problema que é recorrente na Ouvidoria e não estou avaliando se é verdade ou não. Fiz uma ressalva na Ouvidoria dizendo que a TV Brasil não é uma TV que a pessoa ligue de manhã e fica durante o dia todo. Então, pode até ser que essa mudança de horário seja avisada mas como ele liga para assistir aquele programa específico pode não ter acesso à informação dessa mudança. Mas, de qualquer maneira esse é um problema que temos que resolver porque as pessoas ligam para assistir um programa e não o acham naquele horário. As mudanças que chegaram foram mais relacionadas à transmissão da Série C.

A Ana Veloso estava falando das emissoras de rádio, da importância que ela tem. Tenho recebido reclamações sobre o sinal e áudio das emissoras. Não sei como está essa questão. Pedi, inclusive, para as pessoas da Ouvidoria fazerem um teste e identificamos o problema. Sempre fazemos isso, quando alguém reclama, conferimos o problema e verificamos se ele está realmente ocorrendo. Não sei como está essa questão das emissoras de rádio. Pusemos nesse slide quais são as emissoras que os demandantes estão reclamando.

Acesso à WEB – o Nelson acabou de me dar a resposta que é sobre o proselitismo religioso, porque há uma reclamação muito grande sobre isso, a manifestação do locutor. Acho que essa tem que ser uma situação trabalhada porque o locutor não pode sair falando ao bel

prazer, até porque diante de toda a discussão que o Conselho Curador sobre a questão religiosa, isso tem que ser espraiar para a Empresa como um todo.

Falta de atualização de informações na Internet

Deficiência na Apuração

Sugestão de Pauta – essa é uma outra questão que estou discutindo com a Cida para resolver. A Ouvidoria tem recebido sugestão de pauta, encaminhamos para o setor mas não temos retorno. Estamos tentando resolver isso.

Agência Brasil – Ausência de aprofundamento. Ausência de Contraditório.

Problemas Técnicos – Inserção Especial do Portal – Já tivemos uma conversa com o pessoal do Portal sobre isso. Temos recebido algumas reclamações sobre o Portal, sobre esses problemas técnicos, principalmente em inserções especiais.

Enfim, são esses os pontos. É claro que fizemos um destaque desses principais pontos mas se observarem são reclamações recorrentes que vimos apontadas há alguns meses e fica a critério dos Conselheiros porque acredito que além dos pontos que encaminhamos os senhores devem ter lido o Relatório. É um Relatório que é grande porque procuramos especificar sobre o que, sobre que conteúdo estava sendo referido na reclamação do demandante. Mas o Relatório em si, mais consistente, tem um número menor de páginas.

Sr. Ricardo Soares (?) – Desejo fazer um esclarecimento de como chega para mim essas reclamações: “Nereide reclamou que...” Portanto, seria interessante que algumas reclamações tivessem a Cidade de origem.

Sra. Regina Lima (Ouvidoria Geral) – Informo que esse seu questionamento nos fez fazer uma reflexão, é assim: disponibilizamos para o Cidadão o formulário para ele se manifestar mas há casos em que ele não autoriza o uso do nome dele para absolutamente nada, há casos em que ele coloca só o primeiro nome. Estamos, com o pessoal do Portal, estudando a maneira de dar maior credibilidade porque já aconteceu de reclamações respondidas através de e-mail voltarem. São questões que estamos trabalhando, acho que já foi mais frágil.

Eduardo Castro (Diretor Geral) – Ricardo, acaba de chegar um e-mail com uma proposta para fazermos rodada dupla da Série C na semana que vem. Vamos ter que discutir esse assunto muito seriamente.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Vou dar uma informação aos Conselheiros e pedir dois esclarecimentos à Direção.

Sr. Paulo Ramos Derengoski (Conselheiro) – Nesse meio tempo, desejo dar os parabéns para a Regina Lima por esse excelente trabalho que ela faz, prático, bem concreto e objetivo junto à Ouvidoria.

E, aproveitando, passando uma informação que é de interesse jornalístico futuro, no sentido dessa questão da espionagem internacional que aflorou agora, calcula-se que o levantamento em valores ainda não explorados na Serra dos Carajás, uma área quase do tamanho do Estado de Santa Catarina, no subsolo, naturalmente, onde estão todos os minérios do mundo é de cerca de US$ 500 trilhões.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Solicito, apenas, uma atualização da questão dos Realizados.

Sr. Rogério Brandão (Diretor de Produção) – Vou enviar para a Sra. para encaminhar aos Conselheiros. Dia 20 encerramos o trâmite legal interno, a seleção, foi um total de 29 Projetos inscritos, 14 para os Retratos e 15 para o Panorama. Foi feita a seleção por exclusão, documentação, etc. e sobraram 13; 7 para um e 6 para o outro. Agora, está na fase da manifestação dos produtores por qualquer motivo. Dia 20, fechamos esse processo e inicia a fase da preparação do *pitching* propriamente dito, onde o produtor vai agendar, onde o produtor fala com a bancada. Mas, enviarei, atualizado o passo a passo. Está sob controle.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Eduardo, gostaria que nos atualizasse com relação ao telejornal local de São Paulo. Como está o andamento disso.

Sr. Eduardo Castro (Diretor Geral) – Nereide e Ricardo se tiverem alguma coisa a mais, pois Ricardo e Nereide têm estado lá para tratar disso. Estamos fazendo pilotos do programa. Temos ainda a questão dos Contratos da ASSERPE que estão terminando e a questão de mais alguns ajustes para marcarmos a data para a estreia do Programa em São Paulo.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Informo que o Conselho foi convidado a participar do Encontro Internacional de Emissoras Públicas (**qual o País?)** junto com a Direção da EBC e estarei representando o Conselho nesse Encontro. Foi realizado ano passado, o Brasil ganhou a candidatura e ano que vem será sediado no Rio de Janeiro.

Sr. Mário Augusto Kakobskind (Conselheiro) – Gostaria de colocar uma questão, e já devia ter feito antes, que é sobre o que foi falado pelo Ricardo. Com todo respeito, acho que quando colocou aqui diante do público e pela internet que o "ditador" de Angola... Acho que não seria um termo muito apropriado, acho que é um desrespeito

a um País com o qual mantemos relações diplomáticas e temos que dar o exemplo enquanto mídia pública. Com todo respeito.

Sr. Ricardo Soares – (?) – Trabalhei em Angola seis meses e, minha opinião pessoal é de que é uma ditadura.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Ele já esclareceu que é uma opinião pessoal.

Sr. João Jorge Santos Rodrigues (Conselheiro) – Todos têm direito de expressar sua opinião pessoal mas isso não quer dizer que se pode expressar opinião diferente da realidade. Angola é um País que tem 38 anos de independência, passou 500 anos dominado por Portugal e não é respeitoso se referir a um País dessa maneira com, apenas, seis meses que lá esteve, até porque há muito País dito desenvolvido que tem o mesmo mandatário há 60 anos e nunca foi eleito, nunca passou por nenhuma eleição. Há ditaduras republicanas e há ditaduras monárquicas. Então, quando se referir a ditaduras use, também, essas expressões. Há várias monarquias na Europa que tem o mesmo governante há 50 e 60 anos, sem nenhuma eleição. E, países que não lutaram por sua independência. No caso de 38 anos de independência de Angola, o Brasil é um parceiro importante, essa empresa é um parceiro importante e como essa transmissão se faz para 45 Países africanos, esse tipo de afirmação não vai somente para o País Angola, vai, também, para muitos Países que ouvem seus programas a sua maneira e não da maneira que imaginamos.

Sr. Ricardo Soares (?) – Só reiterando digo que minha opinião não é institucional, é pessoal, respeito as opiniões dos senhores, mas como cidadão é a minha opinião e é uma opinião recorrente na mídia. Estive lá seis meses, viajei o País inteiro, fui vítima da censura de Angola. É minha opinião pessoal, não é institucional.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Foi antes ou depois da eleição?

Sr. Ricardo Soares (?) – Antes da eleição.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Então, agora já é democrático, já tivemos eleição, foi eleito um governante democrático em Angola.

Sra. Ana Maria da Conceição Veloso (Conselheira) – Todos estamos cansados mas não discutimos a questão do "Roda Viva". O Conselheiro Mário tocou no assunto e, inclusive no Relatório da Ouvidoria foi mencionado.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – No Relatório da Ouvidoria falamos no limite daquilo que podemos dizer. As providências estão sendo tomadas. Temos um Contrato que vence dia 9 ou 13 de novembro e, até lá estamos tomando as devidas providências na linha do que o Conselho está nos indicando. É isso o que posso dizer.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Fiquei muito preocupada com a informação passada aqui sobre o Fistel e acho que esse Conselho tem que se pronunciar em relação a essa questão. Entender o que aconteceu de fato. Temos alguma posição em relação a essa questão? Essa é uma questão urgente. É um posicionamento que exige providências.

Sra. Presidente (Conselheira Sra. Ana Luiza Fleck Saibro) – Proponho o seguinte. Terei uma reunião com o Nelson a respeito, me atualizo a respeito e depois informo aos Conselheiros. Porque, imagino, ele não tenha todas as informações agora. Aliás, podia ser um pronunciamento do Conselho em relação a essa questão.

Sra. Eliane Gonçalves (Conselheira) – O Conselho vai apoiar a Empresa no sentido dela ficar com o recurso. O Conselho vai se solidarizar para que a Empresa fique com esse recurso que é fundamental.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Posso encaminhar um Ofício para a Anatel, inclusive.

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Já estamos trabalhando para reverter essa Decisão. A Procuradoria Geral Federal não teria como agir, naquele momento, porque o Desembargador acolheu o Agravo, o Recurso da Anatel, suspendendo a Decisão da Juíza. Pedimos reconsideração dos Desembargadores. E o que temos agora é: primeiro, uma possibilidade de que a orientação da AGU seja para a Procuradoria Geral da Anatel não recorrer, caso consigamos a reconsideração. Segundo, a possibilidade de concretamente o Advogado Geral da União e nós irmos até o Secretário do Tesouro Nacional porque apenas o Tesouro não concordou, ainda. Terceiro, a possibilidade de conversão em renda de todo o valor depositado em Juízo pelas Teles. Estamos trabalhando nessa questão. Ainda estamos em processo. Amanhã, vamos conversar com o Secretário do Tesouro que tentou falar com a AGU sobre isso, também. Estamos agindo ainda em tempo.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Só um esclarecimento. O dinheiro está sendo depositado no Tesouro?

Sr. Nelson Breve (Diretor Presidente EBC) – Primeiro, temos que tirar o dinheiro do depósito em Juízo, depois, vamos ver aonde irá esse recurso. Esse recurso é uma possibilidade que temos de ampliar os nossos recursos orçamentários.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Ficarei em contato com o Nelson e vou dando notícias ao Conselho.

Sra. Rita de Cássia Freire Rosa (Conselheira) – Mandar esse posicionamento para o Desembargador. E, além desse assunto do financiamento da dívida pública, dessa dívida, dessa liberação, deveria ser uma Pauta importante da EBC. Esta semana é a Semana pela Democratização da Comunicação. Ontem e hoje, não vi as

pautas que recebemos da EBC mas a Pauta da Democratização da Comunicação estamos solicitando que seja incluída com mais veemência na pauta do Jornalismo. Temos até o dia 28, se o Projeto do Marketing Civil não for votado, ele passa para outra pauta. Existe um movimento esta semana no Brasil inteiro para que ele seja aprovado, inclusive, sem um parágrafo que foi acrescentado – o segundo do artigo quinze, que prevê a possibilidade de se retirar conteúdos da internet sem autorização judicial. Esse parágrafo precisa ser retirado e precisamos que esse assunto ganhe visibilidade esses dias na Pauta sobre comunicação. A Conselheira Rosane, que já saiu, pediu que esse assunto fosse apresentado para que o Conselho também se posicione e divulgue uma posição formal para que possamos distribuir para a Sociedade, em favor da aprovação do Marketing Civil e da Defesa da Neutralidade e das Liberdades na Internet.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Conselheira Rita, já houve um precedente, não em relação a esse tema mas à Voz do Brasil que o Conselho se manifestou junto a Relatores. Então, se os Conselheiros julgarem conveniente podemos preparar uma Manifestação do Conselho, também. Conselheira Rita preparará essa Manifestação e nos mandará por e-mail, por favor e nós formalizaremos. Alguma outra consideração?

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Gostaria de saber como está a implantação do Comitê de Qualidade Editorial, Gestão Democrática.

Sra. Nereide Beirão (Diretora de Jornalismo) – Sobre o Comitê de Qualidade Editorial os senhores receberam um papel com a Proposta, inclusive explicitando, e o que está em *itálico* é uma reprodução total do que está no Manual de Jornalismo, explicando o que o Comitê Editorial de Jornalismo propõe para o Manual, o que seria o Comitê

Editorial de Jornalismo, além disso o que estamos propondo para o Comitê Editorial de Jornalismo fazer. Estive em São Paulo, apresentei essa proposta, estamos apresentando para o Conselho tomar conhecimento, amanhã estou aqui e vou conversar com a redação do Rio de Janeiro. Com a redação de Brasília já conversamos e vamos escolher pessoas para compor esse Comitê que sejam de todas as áreas da Empresa que fazem jornalismo, de Brasília, Rio e São Paulo e pessoas que tenham experiência, que agreguem, que consigam dar esse apoio que está previsto na Expectativa de Atuação e todas as pessoas do Quadro. Vamos definir as pessoas para uma proposta. Queremos pessoas com perfil que atuem em todas as áreas em todos os locais e que tenham condições de atender a essa Expectativa de Atuação que está prevista nessa Conceituação do que seja o Comitê.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Essas pessoas serão escolhidas? Havia uma demanda de que fosse um Comitê de Qualidade Editorial Participativo.

Sra. Nereide Beirão (Diretora de Jornalismo) – Não é uma questão de qualidade. É discussão do que estamos fazendo em termos de conteúdo.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Mas, havia uma demanda, que foi aprovada, também, de que houvesse instâncias de participação democrática e gostaria de saber como está esse andamento. A formação da equipe cotidiana dos profissionais, a criação do Comitê. Lembro-me que o Manual de Redação fala Comitê Editorial mas ele é poroso como disse aqui disse o Eduardo Castro e a proposta, se não me engano, era participativo e por isso quero entender como é o processo de escolha. Havia um outro ponto que era também a questão dos Planos Editoriais. Então, queria entender.

Sra. Nereide Beirão (Diretora de Jornalismo) – O Plano Editorial da Agência Brasil, como eu disse, já vem sendo discutido há algum

tempo, está num processo mais adiantado do que o Plano do Repórter Brasil. No Plano do Repórter Brasil foi feito uma Comissão para analisar uma minuta e, depois, a ser apresentada a todos, como foi o Manual de Jornalismo, com todos participando, nas redações, não só em reuniões como também pela internet. Demos um prazo, todos sugerem, fazemos o texto, como feito com o Manual. Então, os Planos Editoriais estão sendo tocados. Esse Comitê Editorial como está muito explícito aqui, é um organismo de apoio ao andamento do Jornalismo. Ele tem uma série de pressupostos que consideramos: de ter gente de todas as áreas, de ter gente de todos os lugares, de ter gente que tenham experiência jornalística. Acho que ele não tem o caráter de representação de eleição de representante de funcionários, acho que se o Conselho acha que é isso, podemos até fazer, mas, acho que o Comitê Editorial, como foi definido no Manual não é isso. Podemos mudar o que está no Manual e fazer um outro Comitê Editorial.

Acho que essa questão da participação, até falei com o Guilherme, por exemplo, reunião com repórter na Agência Brasil tem toda 2ª e 3ª feira, toda semana, para discutir sugestão de pauta, para discutir avaliação de conteúdo. Existem instâncias. Do jeito que ficou discutido aqui no Conselho fica parecendo que não existe participação, que as pessoas não são ouvidas, que não podem dizer, que as pessoas têm medo. Disse ao Guilherme: gostaria que alguém me dissesse uma sugestão de pauta que não foi feita, uma, nesse tempo todo que estou aqui. Acho que essa imagem ficou sob os meus protestos o tempo inteiro, que não concordo. Acho que já teve situação muito pior de tensão entre equipes. As pessoas que estão na chefia, hoje, são muito acessíveis, ninguém trata mal, não há problema de assédio que tínhamos no Jornalismo. Temos uma relação muito boa com todos, acho que a proposta que estava prevista no Manual é isso que está aqui reproduzido. Se quiser fazer uma eleição

para pegar pessoas para poder participar e discutir, acho absolutamente desnecessário porque até agora não foi dito que não pudesse haver participação ou sugestões. Acho que temos que colocar as coisas bem claramente e da forma como elas acontecem.

Se o Conselho achar que tem que fazer eleição... Porque está muito explícito aqui. A questão Editorial é o Conselho Curador quem define. É mais uma instância. Quer dizer, cada coisa que formos discutir vai ter uma instância. O Comitê Editorial define e Conselho Curador decide outra coisa, o que vamos fazer? O Comitê é um órgão de assessoramento para discutir se foi bom, se foi ruim, onde falhamos, o que vamos fazer. E, em situações excepcionais que não tem como o Conselho ser convocado, fazemos uma reunião e decidimos como vamos tratar aquela questão. É isso. Se não vamos ficar com vários colegiados discutindo, competindo. A parte Editorial do Jornalismo é o Conselho Curador quem discute e quem decide. Esse Comitê Editorial deverá pensar em qualificação, pensar em inovação e claro que as pessoas podem participar do Comitê e haverá um grupo de pessoas com esse universo de todas as áreas, de todos os lugares. Quem quiser participar poderá fazê-lo em reunião de pauta, quando quer participar; participa das reuniões que existem no dia a dia do jornalismo que é uma coisa coletiva, muito dinâmica e muito comunitária. Muito coletiva, absolutamente coletiva.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – A questão da dificuldade de expressar, de polemizar, enfim, de contestar, não foi algo que inventei, foi algo que aparecia nas discussões dos trabalhadores. Se a decisão é ficar com o Comitê sem a participação, uma instância, que foi uma parte pungente dentro da discussão de que tínhamos que ter instâncias democráticas para essa discussão. Se for essa a decisão de que não existe, temos que lembrar que o Conselho Curador vai continuar sendo a instância de canalização dessas demandas, porque elas vão continuar existindo e chegarão

para nós e serei eu a continuar trazendo. É uma questão de avaliação dentro do Conselho.

Sra. Nereide Beirão (Diretora de Jornalismo) – Não é ter participação. O Comitê Editorial de Jornalismo é formado por funcionários, por funcionários de carreira da Empresa das várias áreas. Quem quiser sugerir a participação, perfeito. Agora, não é o caso de fazer uma eleição, uma Assembleia... É igual a discussão de ontem, o que é a representação? Se as pessoas não se sentirem representadas pelos funcionários de carreira... Ainda nem temos os nomes. Primeiro, apresentamos os nomes, vamos sugerir e decidir. É isso. São pessoas do quadro, pessoas que têm experiência, que trabalham nas várias áreas e nos diversos lugares e estão discutindo na Redação. Podemos discutir os nomes das pessoas, não há problema nenhum. Ter eleição para tudo não vejo sentido.

Sra. Presidente (Conselheira Ana Luiza Fleck Saibro) – Sugiro o seguinte, Eliane, que você faça uma proposta, porque já vi que você não concorda com o modelo. A Nereide tem razão, porque o Manual de Jornalismo não prevê isso, é verdade. Você poderia fazer uma proposta de como acha que deveria ser e nós discutimos.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Acho que o importante, a discussão que tivemos era de garantir instâncias democráticas. Pode ser o Comitê aberto com a participação das pessoas. Acho que tem que ter um formato. É só para evitar que continuemos canalizando para cá. Tenhamos um espaço de discussão, de debate, aberto, franco e sem medo. Não precisa ser eleição. A discussão é que se implante instâncias democráticas para discussão.

Sra. Presidente (Conselheira Sra. Ana Luiza Fleck Saibro) – Acho, então, que podemos encontrar um meio termo. Acho, também, que não precisa ser eleição, fica meio complicado, essa é minha posição

pessoal. Mas, ao mesmo tempo, que se possa abrir um pouco mais à participação de quem quiser.

Sra. Nereide Beirão (Diretora de Jornalismo) – O Comitê está com a conceituação aqui, sendo apresentado democraticamente. Fui a São Paulo, falei da proposta a todos, democraticamente, perguntando sobre a sugestão de nomes. Não se pode dizer que não haja democracia, que não haja um caráter democrático no Jornalismo. Acho muito injusto. Acho que pode ter gente que tenha medo, ache que não tenha acesso e condição de sugerir mas acho que no geral essa imagem não corresponde à realidade. Acho, não, tenho certeza.

Sra. Presidente (Conselheira Sra. Ana Luiza Fleck Saibro) – Sabe por que, Eliane, às vezes se diz que não tem canal, não tem espaço. Mas é assim, quer participar, vai lá e participa. Às vezes não vai ninguém. Acho que esse é o meio termo que podemos construir.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – Qual seria o meio termo?

Sra. Nereide Beirão (Diretora de Jornalismo) – Temos uma conceituação. Vamos sugerir alguns nomes. Vou fazer isso no Rio e em Brasília. Acho importante sugerir nomes, porque são todas pessoas do Quadro que têm experiência nas várias áreas do Jornalismo e que podem atender ao que está previsto para atuação nesse Comitê. E quem quiser participar, participa. Como em tudo no Jornalismo, inclusive, com sugestão de pauta, pauta investigativa. Todos que sugeriram nunca deixamos de fazer.

Sra. Eliane Pereira Gonçalves (Conselheira) – E que as reuniões do Comitê estarão abertas a todos aqueles que quiserem participar.

Sra. Presidente (Conselheira Sra. Ana Luiza Fleck Saibro) – Agradeço a presente de todos. Palmas! Encerrada a reunião.